

CÉSAR OGATA/ACERVO DN-PT



Delúbio Soares

CÉSAR OGATA/ACERVO DN-PT



Sílvio Pereira

CORRUPÇÃO

CPI ouve petistas e começa análise de documentos

A CPI dos Correios amplia as investigações com o aguardado comparecimento do secretário-geral licenciado do PT Sílvio Pereira, na terça-feira, e do tesoureiro licenciado do partido Delúbio Soares, na quarta. Eles serão interpelados sobre o suposto esquema do "mensalão". Os parlamentares também começam a analisar os documentos que poderão esclarecer a série de denúncias de corrupção. Na semana passada,

a comissão ouviu ex-dirigentes dos Correios, que confirmaram interferência da Secom na contratação da empresa SMP&B. Em depoimento na CPI dos Bingos, o empresário de jogos Carlinhos Cachoeira assegurou que o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz lhe pediu propina, em 2002, e afirmou nunca ter se encontrado com o então ministro José Dirceu. Já os integrantes da CPI do Mensalão serão conhecidos nos próximos dias.

PÁGINAS 3 A 7

cidadania

Maioria dos portadores de Down é alegre e afetiva

Problema que pode ser descoberto ainda na gravidez, a síndrome de Down não tem cura. Entretanto, há programas para estimular o desenvolvimento motor e intelectual da criança já após o nascimento. Com mais de 2 mil unidades no país, a Apae é uma das instituições que atendem portadores de Down.

PÁGINA 16

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 13
FRASES	Página 13
VOZ DO LEITOR	Página 13
CONHEÇA O SENADO	Página 15

Proposta sobre manejo florestal gera polêmica

PÁGINA 9



Projeto do governo permite que empresas participem da exploração de recursos naturais

TSE agiliza regras para o referendo das armas

Tribunal Superior Eleitoral já aprovou dez instruções normativas que vão orientar a consulta sobre proibição da venda de armas.

PÁGINA 10

Decisão sobre LDO fica para o início de agosto

Gilberto Mestrinho marcou votação na comissão mista para 2 de agosto. Atraso não retarda o Orçamento, diz Paulo Bernardo.

PÁGINA 9

Renan destaca desempenho da Casa no semestre

PÁGINA 2

Apesar da crise, Senado vota projetos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fez um balanço das atividades da Casa no semestre, destacando que foram realizadas 108 sessões desde 15 de fevereiro, com a votação de 1.062 matérias. Entre elas, propostas de mudança constitucional de interesse da população, incluindo a PEC Paralela da Previdência e o início da votação da licença-maternidade para trabalhadoras que adotarem crianças, a exemplo do que já têm as mães biológicas e as

funcionárias públicas.

Renan afirmou que, apesar dos momentos de embate político, o "Senado mostrou serenidade" e tem cumprido "o que exige a sociedade".

– No Parlamento, as coisas são mesmo assim. Em alguns momentos há exacerbação, mas depois volta a produzir, com serenidade, maturidade e equilíbrio – disse.

Já o vice-presidente do Senado, Tião Viana, destacou o compromisso da Casa em "honrar e cumprir as expectativas

da sociedade". Ele sublinhou o desafio de aprovar a MP que reduziu o imposto de renda das pessoas físicas e a PEC Paralela da Previdência.

O secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, ressaltou a atividade dos senadores no Plenário e nas comissões permanentes.

– Os senadores votaram todas as matérias e não deixaram nenhuma mensagem do Executivo sem resposta – avaliou.

Ele lembrou o trabalho da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e do Plenário na reforma do Poder Judiciário, com a aprovação dos membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Os senadores votaram 79 projetos, 28 deles enviados à sanção do presidente e 51 ao exame dos deputados. No semestre, 67% das sessões de votação ficaram obstruídas por medidas provisórias, que chegaram ao Senado com prazo de votação já no limite. Destas, 15 foram aprovadas, modificadas ou não.



Raimundo Carreiro, secretário-geral da Mesa, auxilia Renan Calheiros: Senado votou todas as mensagens do Executivo

Quatro MPs obstruem ordem do dia

Desde quarta-feira, quatro medidas provisórias (MPs) passaram a trancar a pauta de votações. Entre elas, a polêmica MP 242/05, que muda as regras para concessão do auxílio-doença pelo INSS. Tentativa do governo para reduzir o elevado déficit da Previdência, a MP já foi aprovada pela Câmara mas teve sua vigência suspensa por liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, em ações diretas de inconstitucionalidade propostas pelo PSDB, PFL e PPS.

Esta medida, modificada pelos deputados após longas negociações, autoriza o INSS a calcular o auxílio-doença pela média dos últimos 12 salários de contribuição, corrigidos. A proposta original do governo estabelecia a média dos últimos 36 meses.

A MP regulamenta parte do sistema especial de inclusão previdenciária (que integra a reforma da Previdência), pelo qual o trabalhador autônomo poderá ingressar no sistema pagando contribuição de 11% sobre o salário mínimo, ao invés dos 20% pagos atualmente.

Também passou a trancar a pauta a MP 244/05, que abre crédito extraordinário de R\$ 20,3 milhões para o Ministério da Defesa. Os recursos se destinam às polícias Federal, Civil e Militar do Pará, para atividades de inteligência, logística e segurança, além das operações de busca e apreensão feitas por

40 organizações do Exército em áreas envolvidas em conflitos fundiários.

Obstruem ainda as votações a MP 248/05, que elevou o salário mínimo para R\$ 300, e a MP 247/05, que abre crédito extraordinário de R\$ 586 milhões em favor dos ministérios de Minas e Energia, da Ciência e Tecnologia, dos Transportes e da Cultura. A Câmara

enviou também a MP 250/05, que ainda não tranca a pauta e abre crédito extraordinário de R\$ 30 milhões para o Ministério da Integração Nacional. Todas as MPs foram lidas na sessão de terça-feira.

Uma quinta MP, já enviada pela Câmara, ainda deve entrar em pauta



Crivella assume presidência da CPI da Emigração Ilegal, no lugar de Hélio Costa (D), agora ministro das Comunicações

Brasileiros no exterior podem ganhar 0800

Em reunião em que o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) foi eleito presidente da CPI da Emigração Ilegal, o senador licenciado Hélio Costa (PMDB-MG), que deixou o cargo para ser ministro das Comunicações, anunciou que vai estudar a possibilidade de criar um número 0800 destinado a ajudar brasileiros no exterior.

– Temos brasileiros detidos nos Estados Unidos, na Europa, no Japão, em países da África – informou Hélio Costa, que, apesar de licenciado, participou da reunião para colocar-se à disposição da CPI.

A proposta de criar um 0800 para atender os brasileiros em dificuldades em qualquer parte do mundo foi apresentada pelo deputado Neucimar Fraga (PL-ES). O pedido foi feito ao Itamaraty em 2003, mas não foi atendido, disse.

Crivella informou que os governos brasileiro e americano estão negociando a repatriação, por meio de um vôo fretado, no final de julho, de brasileiros detidos nos EUA por imigração ilegal. Ele anunciou ainda que a comissão vai elaborar o cronograma dos trabalhos e retomar as atividades em agosto.

Patrícia debate direitos das crianças em Genebra

Representante do Brasil na primeira reunião de trabalho do Comitê de Mulheres Parlamentares para a Proteção das Crianças e Adolescentes, em Genebra (Suíça), a senadora Patrícia Saboya (sem partido-CE) defendeu a realização de encontros regionais de parlamentares que lutam pelos direitos da infância.

O comitê discutiu formas de facilitar a comunicação entre as parlamentares. Uma das idéias foi criar um endereço na Internet para troca de experiências. Coordenadora das ações do

comitê no continente americano, ela informou que a organização não-governamental sueca Save the Children (Salve as Crianças) e o Unicef estão interessados em promover uma conferência sobre direitos de crianças e adolescentes com parlamentares de toda a América Latina.

Patrícia também relatou ao comitê a experiência brasileira, destacando que o Congresso Nacional conta com uma Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente há mais de dez anos.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

PLV 15/05 - Projeto de lei de conversão proveniente da Medida Provisória 242/05, que faz mudanças nas regras para concessão do auxílio-doença pelo INSS.

QUARTA-FEIRA

10h - Sessão conjunta do Congresso Nacional

Orçamento - A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006 pode ser votada pelo Congresso. A Comissão Mista de Orçamento ainda não votou a LDO. A próxima reunião do colegiado está marcada para o dia 2 de agosto. O Congresso só pode entrar em recesso se votar o projeto da LDO.

14h - Agenda em aberto

QUINTA-FEIRA

14h - Agenda em aberto

SEXTA-FEIRA

9h - Agenda em aberto

TERÇA-FEIRA

10h - CPI MISTA DOS CORREIOS

Depoimento – A CPI ouve Sílvio Pereira, secretário-geral licenciado do PT, apontado como responsável por indicações a cargos em estatais.

16h - CPI DOS BINGOS

Depoimento – O ex-diretor da Lotergs, José Vicente Brizola, fala sobre denúncias para que arrecadasse com bicheiros recursos para o PT nas eleições de 2002.

QUARTA-FEIRA

Comissões

10h - CPI MISTA DOS CORREIOS

Depoimento – A CPI ouve o tesoureiro licenciado do PT, Delúbio Soares.

10h - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Compra de votos – Em turno suplementar, proposta determinando que ações contra candidatos suspeitos de compra de votos valem da convenção partidária a até dois meses após a eleição (PLS 76/03). **Autor:** senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). **Relator:** senador Marcelo Crivella (PL-RJ).

QUINTA-FEIRA

9h - CPI DOS BINGOS

Depoimentos – Oitiva com os procuradores reegionais Ronaldo Meira de Vasconcellos Albo, Roberto Santos Ferreira, José Pedro Taques, Henrique Geaquinto Herkenhoff, além de Celso Três (RS) e Gustavo Peçanha Velloso (DF).

10h - CPI MISTA DOS CORREIOS

Reunião administrativa – Avaliação das informações recebidas e elaboração da agenda de trabalhos.

CRISE POLÍTICA Ex-dirigentes do Partido dos Trabalhadores falam pela primeira vez sobre as denúncias

CPI dos Correios ouve Sílvio Pereira e Delúbio



As investigações de irregularidades nos Correios ficam em segundo plano esta semana, quando a CPI que investiga denúncias de corrupção na estatal volta suas baterias para a apuração do escândalo do “mensalão”. Serão ouvidos dois petistas envolvidos nas denúncias feitas pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ): na terça-feira, deve depor o secretário-geral licenciado Sílvio Pereira, e, na quarta, o tesoureiro licenciado do PT, Delúbio Soares, que falam publicamente sobre as acusações pela primeira vez.

O clima deve esquentar, já que o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) foi informado que a Polícia Federal teria a intenção de aproveitar a presença de Delúbio

no Congresso para prendê-lo.

A comissão também vai aproveitar a semana para se concentrar na análise de dados bancários, fiscais e telefônicos do empresário Marcos Valério, cada vez mais envolvido na crise, principalmente depois que documentos que comprometem a DNA Propaganda, de sua propriedade, foram encontrados em Belo Horizonte.

Para agilizar os trabalhos, comissão terá dois sub-relatores

A expectativa em torno do empresário nunca foi tão grande: Valério informou ao procurador-geral da República, Antônio Fernando Souza, que estaria disposto a contar o que sabe em troca de proteção e incentivos para colaborar nas investigações. Para tomar conhecimento do diálogo, o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), se reuniu com o procurador-geral na sexta-feira. Já há quem defenda a prisão de

Valério, especialmente depois da tentativa de destruição de material relevante às investigações.

Segundo Delcídio, depois da audiência dos ex-dirigentes petistas, a comissão vai ocupar o fim de julho na análise dos milhares de documentos que estarão à disposição a partir desta semana. O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, prometeu a Delcídio que vai entregar os documentos solicitados pela CPI até as 18h da terça-feira.

Para tornar a sistemática da comissão mais eficiente, os trabalhos da relatoria serão subdivididos em três áreas – fiscal e tributária, sistema financeiro e contratos –, sob a responsabilidade de dois parlamentares. Um deles, o tucano Gustavo Fruet (PR), já foi indicado e informou que pedirá a prisão preventiva de Valério, medida que conta com o apoio do relator da CPI, Osmar Serraglio (PMDB-PR). É esperada para esta semana a indicação do outro sub-relator.

Comissão quer ouvir contador de Marcos Valério

A delegação da CPI dos Correios formada pelos senadores Magno Malta (PL-ES) e Heloísa Helena (PSOL-AL) e pelos deputados federais Onyx Lorenzoni (PFL-RS), Eduardo Paes (PSDB-RJ) e Jamil Murad (PCdoB-SP) analisou em Belo Horizonte documentos da empresa DNA Propaganda encontrados em operação policial. Nesta segunda, os parlamentares reúnem-se com o presidente da CPI, Delcídio Amaral (PT-MS), para relatar o que encontraram e garantir que os documentos cheguem prontamente à comissão.

A DNA é uma das agências de Marcos Valério, acusado de distribuir recursos do “mensalão”.



Magno Malta e Heloísa Helena foram a Minas examinar documentos apreendidos com o irmão do contador de Valério

Entre os papéis, foram achadas diversas notas fiscais de serviços prestados pela DNA a empresas e a órgãos públicos. Os documentos foram encontrados na casa de Marco Túlio Prata, irmão de Marco Antônio Prata, contador de Marcos Valério, que estaria

incinerando os papéis. Durante a operação, também foram apreendidos explosivos, munições e armas. A ligação entre o contador de Valério e os documentos, na opinião dos integrantes da CPI, provocará a convocação de Marco Antônio Prata.

DELÚBIO SOARES

O professor de Matemática Delúbio Soares, 49 anos, é tesoureiro do PT desde 1999 e cuidou do caixa da campanha vitoriosa de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência em 2002, que arrecadou R\$ 33 milhões. Seu nome ganhou notoriedade há seis semanas, quando o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) denunciou um esquema de compra de apoio de deputados, que seria operado pelo tesoureiro, em companhia do secretário-geral Sílvio Pereira. Delúbio negou as acusações, mas voltou a figurar no escândalo por conta do empréstimo de R\$ 2,4 milhões tomados pelo PT junto ao BMG.

O negócio foi avalizado pelo empresário Marcos Valério, amigo de Delúbio e apontado por Jefferson como responsável por fazer pagamentos do partido. Depois que um segundo financiamento, de R\$ 3 milhões, tomado pelo PT junto ao Banco Rural veio a público, Delúbio pediu licença do cargo de tesoureiro. Ele já prestou esclarecimentos à Polícia Federal, onde admitiu que tratava de assuntos políticos com Valério.

SÍLVIO PEREIRA

Sílvio Pereira, ou Silvinho, é sociólogo, tem 42 anos e assumiu a Secretaria Geral do PT em 2004. Assim como Delúbio, Sílvio fazia parte dos cargos da Executiva do partido de confiança do ex-ministro da Casa Civil, deputado José Dirceu (SP). O ex-secretário-geral é acusado de negociar parte dos 20 mil cargos no governo e de ser responsável por diversas nomeações, como o ex-diretor de Tecnologia dos Correios, Eduardo Medeiros. Para exercer essa função, o petista teria uma sala no quarto andar do Palácio do Planalto, próximo à Casa Civil. As negociações de Sílvio seriam submetidas ao crivo de Dirceu. O petista confirmou que negociava cargos, mas negou a indicação de Medeiros. À Polícia Federal, Sílvio também admitiu conhecer Marcos Valério. A atuação do secretário-geral do PT no governo teria incluído ainda reuniões com empresários contratados pelo governo, como o representante da Skymaster. Sílvio Pereira pediu licença do cargo que ocupava um dia antes de Delúbio.



Delcídio aguarda do Ministério Público a íntegra dos depoimentos de Marcos Valério e Delúbio Soares ao procurador-geral

Requerimentos aprovados pela CPI dos Correios



Quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico dos últimos cinco anos de:

- Geisa Dias dos Santos, Alexandre Vasconcelos Castro, Adriana Fantini Martins e Orlando Martins, todos funcionários da SMP&B;
- Cristiano de Mello Paes, sócio de Marcos Valério;
- Empresa 2S Participações Ltda., administradora das obras do Centro de Preparação Equestre da Lagoa, de Marcos Valério;
- Empresa Skymaster Airlines e seus sócios João Marcos Pozzetti, Hugo César Gonçalves, Luiz Otávio Gonçalves e Américo Proietti;
- Obs.: José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares e Sílvio Pereira já colocaram seus sigilos à disposição da comissão de inquérito.

Algumas das informações requisitadas pela CPI

- contratos entre os bancos do Brasil, Rural e de Minas Gerais (BMG) com partidos políticos nos últimos cinco anos;
- dados bancários de contas de Marcos Valério no Banco Rural de Belo Horizonte e listagem de todos os saques superiores a R\$ 50 mil realizados em dinheiro desde janeiro de 2003 pelas empresas de Valério no Banco do Brasil e no Banco Rural;
- contratos e notas fiscais de todas as empresas de Valério nos últimos cinco anos, identificação da origem dos valores acima de R\$ 20 mil depositados na sua conta e contratos de quaisquer empréstimos em que apareça como fiador, avalista ou devedor solidário;
- cópia das fitas com imagens da entrada da sede dos Correios em Brasília e do hotel Blue Tree Towers em São Paulo;
- documentos apreendidos pela Polícia Federal na operação de busca e apreensão no escritório de contabilidade Prata e Castro Consultores;
- cópias das investigações feitas pelo Ministério Público. A CPI solicitou que o Banco Central faça auditoria no Banco Rural em Brasília.

Convocações

- ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix;
- ex-diretor-geral da Abin, Mauro Marcelo de Lima e Silva;
- diretor-geral da Polícia Federal, delegado Paulo Lacerda;
- Cristiano de Mello Paes, sócio de Marcos Valério;
- gerentes que chefiaram a Agência Brasília do Banco Rural nos últimos cinco anos;
- Glênio Guedes, procurador da Fazenda Nacional;
- brigadeiro Venâncio Grossi, ex-diretor do Departamento de Aviação Civil (DAC);
- Michel Abud Atie Júnior, Antônio Augusto Leite Filho e Joannis Amerssonis, presidentes e proprietário da empresa Brazilian Express Transportes Aéreos (Beta);
- José Otaviano Pereira, chefe de departamento dos Correios;
- Marco Antônio da Silva, servidor da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom);
- Jafete Abrahão, subsecretário da Secom;
- Telma dos Reis Menezes da Silva, diretora da empresa de eventos MultiAction, de Marcos Valério;
- Paulo Roberto Menicucci, ex-diretor comercial dos Correios;
- quatro funcionários de carreira da ECT, de diferentes níveis de instrução e hierarquia.

CRISE POLÍTICA Dirigentes da estatal depõem na CPI e confirmam algumas das denúncias de irregularidades

Ex-dirigentes dos Correios negam tráfico de influência



Airtton Dipp, ex-presidente da estatal, falou aos parlamentares



João Henrique Silveira também esteve no comando dos Correios



Apesar de negar qualquer envolvimento com esquemas de corrupção investigados pela CPI dos Correios, os ex-dirigentes da estatal ouvidos na semana passada confirmaram algumas das denúncias de irregularidades em contratos da empresa, como a participação da Secretaria de Comunicação do Palácio do Planalto (Secom) na contratação da empresa SMP&B para cuidar da

publicidade dos Correios.

Os quatro ex-dirigentes ouvidos – o ex-diretor de Tecnologia, Eduardo Medeiros, o ex-diretor de Administração, Antônio Osório, e os ex-presidentes da estatal, Airtton Dipp e João Henrique Silveira – confirmaram que fazia parte de suas rotinas de trabalho receber políticos, mas isso não representaria tráfico de influência.

– Não vejo demérito em ter recebido parlamentares, faz parte da nossa função. Não houve procedimentos irregulares nesses encontros – argumentou o ex-di-

retor Eduardo Medeiros.

Ele admitiu que “a melhor pessoa para falar sobre os critérios de nomeação de sua diretoria seria Sílvio Pereira”, confirmando que o secretário licenciado do PT era o responsável pelas indicações para cargos políticos no governo.

A ampliação dos valores dos contratos de publicidade, que passaram de R\$ 72 milhões para R\$ 90 milhões, chamou a atenção dos parlamentares da CPI. O então presidente dos Correios, João Henrique, reconheceu que a operação era “no mínimo estranha”

e se comprometeu a esclarecer o episódio.

O senador César Borges (PFL-BA) denunciou que alguns funcionários dos Correios teriam alertado para algumas irregularidades na licitação para contratação das empresas de publicidade, sem que fossem tomadas iniciativas. A informação, para o senador, indica a “ingerência do governo para privilegiar empresas de Marcos Valério”.

Todos os depoentes disseram que desconheciam o esquema de corrupção descrito pelo funcio-

nário afastado Maurício Marinho na gravação que deu origem à crise política. Superior imediato de Marinho, Antônio Osório disse que foi “surpreendido com a atitude do funcionário” e negou suposto esquema do PTB para arrecadar recursos em estatais, embora o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), ex-presidente da legenda, tenha reconhecido que os indicados políticos eram incumbidos de fazer contatos com o empresariado para obter doações, desde que dentro da legalidade.



Eduardo Medeiros confirma indicação de cargos por dirigente petista; Gonçalves, da Skymaster, fala em prejuízos; e Antônio Osório nega esquema de arrecadação



Medeiros quase vai da CPI para a cadeia por falso testemunho

Na noite de terça-feira, a CPI esteve a um passo de decretar a prisão, por falso testemunho, do ex-diretor de Tecnologia dos Correios, Eduardo Medeiros. Ele negou que mantivesse contato com o empresário Vilmar Martins, mas voltou atrás diante da informação, apresentada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

O senador foi informado pelo próprio Martins sobre o pagamento de propina a Medeiros em 1992, quando o ex-diretor exercia o cargo de superintendente regional dos Correios em Brasília. Suplicy informou ainda que Vilmar Martins telefonou para Medeiros poucos dias antes do depoimento.

Somente assim Medeiros admitiu a conversa telefônica, o que levou senadores e deputados a acusá-lo de ter faltado com a verdade momentos antes. A prisão do ex-diretor só foi evitada por sugestão de parlamentares da área jurídica, que opinaram pela remessa do caso ao Ministério Público.

Comentários sobre trabalho da CPI provocam demissão de diretor da Abin

A CPI dos Correios já provocou mudanças em cargos do Executivo antes mesmo de chegar ao final. A última vítima foi o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Mauro Marcelo de Lima e Silva. Em nota assinada distribuída na Abin, que veio a público na quarta-feira, Mauro Marcelo chamou os parlamentares de “bestas-feras” e a CPI de “picadeiro”. Senadores e deputados pediram a demissão imediata do então diretor da Abin, o que aconteceu horas mais tarde.

Esse fato contribuiu para a

aprovação de requerimentos convocando Mauro Marcelo e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix. O senador José Jorge (PFL-PE) também apresentou requerimento à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência para ouvir explicações do ex-diretor da Abin. O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) recomendou a convocação de Jorge Félix.

Em forte reação, o presidente do Senado, Renan Calheiros, repudiou as palavras do então titular da Abin. E prometeu

tomar as providências jurídicas cabíveis.

– Se esse destrambelhado fosse funcionário do Senado, já estaria demitido desde o primeiro minuto. Eu quero repelir a insolência. Isso é coisa de aprendiz de araponga incompetente – reagiu Renan, antes da demissão de Mauro Marcelo.

Na nota, ele defendeu o agente Edgar Lange, que havia deposto à CPI, e acusou-a de ter causado estragos à atividade profissional de Lange e à reputação da agência, que “só poderão ser avaliados com o tempo”.



Membros da CPI dos Correios reagiram de forma unânime à nota produzida por Mauro Marcelo

Diretor da Skymaster recua sobre denúncia de propina

O depoimento do diretor da Skymaster, Luiz Otávio Gonçalves, frustrou quem esperava que ele mantivesse denúncias, feitas a uma revista semanal. Ele acusou o ex-presidente dos Correios, Airtton Dipp, de causar prejuízos à sua empresa, mas não repetiu que ele recebeu propina da concorrente Promodal.

As duas versões foram contestadas por César Borges (PFL-BA), que apresentou fax confirmando que o ex-presidente da estatal recebeu R\$ 1 milhão. A Skymaster é uma das empresas que opera a Rede Postal Noturna dos Correios, cujos contratos são investigados pela CPI e a Controladoria Geral da União.

Auditoria preliminar da corregedoria indica que a repactuação de preços dos contratos da Skymaster causou prejuízo de R\$ 7 milhões à estatal. Segundo Gonçalves, a gestão de Dipp teria causado prejuízo de R\$ 20 milhões à sua empresa e privilegiado a VarigLog, dispensada do pagamento da multa por não cumprir o contrato.

CRISE POLÍTICA Empresário acusa Waldomiro Diniz de extorsão e afirma que nunca teve contato com José Dirceu

Contradições marcam a versão de Cachoeira



Marcado por contradições, o depoimento do empresário de jogos eletrônicos e instantâneos Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, abriu os trabalhos da CPI dos Bingos, um ano e seis meses após a sua criação ter sido aprovada.

Acompanhado de advogados, o empresário acusou mais uma vez o ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República Waldomiro Diniz de lhe pedir propina para direcionar licitações para sua empresa.

Cachoeira contratou empresa do Rio de Janeiro para gravar a tentativa de extorsão em seu escritório, em 2002, quando Waldomiro exerceu a presidência da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj), durante o governo de Benedita da Silva (PT). Pelo menos R\$ 100 mil teriam sido cobrados em propina, além de 1% sobre a receita decorrente da loteria estadual. O Consórcio Combralgo, de Cachoeira, mantinha à épo-

ca o monopólio das loterias virtuais no Rio e sua empresa havia perdido a licitação.

– Ele pediu dinheiro para as campanhas de Rosinha Garotinho [hoje no PMDB], Benedita da Silva e Geraldo Magela [candidato do PT ao governo do DF], mas nunca dei nada a ele. Acho que o dinheiro era para ele mesmo – afirmou Cachoeira.

Cachoeira enfatizou ainda que nunca teve contato com o deputado José Dirceu (PT-SP), ex-ministro da Casa Civil, e disse que ele jamais foi citado por Waldomiro nos encontros que tiveram.

Quando da realização da CPI da Loterj, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Waldomiro afirmou que Cachoeira contribuiu com a campanha do petista Magela, que perdeu a disputa de 2002.

Senadores estudam reconvocação ou acareação

O empresário, que classificou o ex-subchefe da Casa Civil de “dissimulado”, foi amplamente questionado sobre o fato de ter intermediado, já em fevereiro de 2003, contato de Waldomiro com a empresa ame-



Cachoeira diz que ex-diretor da Loterj pediu dinheiro para campanhas políticas

ricana Gtech, em hotel em Brasília.

Cachoeira declarou que o fez por temer qualquer represália do então assessor da Casa Civil, por ser “muito poderoso no cargo que ocupava”, afirmativa que não foi considerada suficiente pelos senadores.

– É estranha essa relação depois de tanto tempo, ainda mais que Cachoeira disse não acreditar em Waldomiro Diniz – ressaltou o senador Magno Malta (PL-ES), autor do requerimento de criação da CPI.

Cachoeira disse estar pronto para uma possível acareação com Diniz e para nova convocação, já pretendida pelos senadores. “Houve contradições com relação ao que

ele havia declarado anteriormente ao Ministério Público, à Polícia Federal, à Alerj e, por isso, terá de ser reconvocato”, afirmou o presidente da CPI, senador Efraim Moraes (PFL-PB).

Segundo o relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Cachoeira não disse a verdade com relação a seu relacionamento com Waldomiro. “Os indícios depõem contra o depoimento”, avaliou.

Cachoeira atuava em lotéricas de quatro estados: Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul e Paraná. Alguns contratos eram realizados em parcerias com empresas da Argentina e da Coreia.

"Mensalão": partidos indicam membros da CPI

Depois de derrotada no voto, com a aprovação pelo Congresso da criação da CPI Mista do Mensalão, a base governista recusou a proposta do PFL, PSDB e PPS de incluir a investigação sobre a compra de apoios parlamentares nos trabalhos da CPI dos Correios.

Com o impasse, governistas e opositores encerraram reunião de líderes na semana passada, o que confirmou a realização autônoma da CPI do Mensalão, a ser instalada nesta terça-feira. Os partidos deverão indicar os nomes dos parlamentares que irão compor a comissão até as 16h desta segunda-feira.

Mercadante diz que importante é isenção

Segundo o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), a oposição queria apenas mostrar ao governo que o caso “mensalão” seria investigado, já que o governo “tentou impedir qualquer investigação sobre o

assunto”, assinalou.

– Depois, a base governista propôs a investigação só na Câmara, até que teve de aceitar a instalação da CPI Mista – expôs Virgílio.

Para os senadores opositores, “quem quer apurar, quer uma só [CPI]”.

– Se tivesse aceitado a unificação das CPIs, o governo levaria de graça relatoria, presidência, todo o processo que já foi iniciado, sendo acrescidos apenas alguns membros e um sub-relator para o caso “mensalão”. Não há por que fazer duas investigações na mesma linha – afirmou o senador José Agripino (PFL-RN).

Líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP) considerou que não seria promissor transformar o “mensalão” em uma subcomissão.

– Da mesma forma que vem acontecendo com os Correios, a CPI Mista do Mensalão também trabalhará com isenção – assegurou.

A CPI Mista do Mensalão investigará denúncia do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) de que dirigentes do Partido dos Trabalhadores (PT) faziam pagamentos mensais (o chamado “mensalão”) a deputados federais do PL e do PP para que seguissem a orientação do governo em votações no Congresso.

De qualquer forma, os senadores acreditam que poderá haver conexões de trabalhos entre as CPIs mistas, como a realização de reuniões conjuntas dos colegiados.



Agripino lamenta decisão do governo: “Não há por que fazer duas investigações”

Convocação de Dirceu ainda é incerta

O ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz terá seus sigilos fiscal, bancário e telefônico quebrados pela segunda vez, conforme requerimento apresentado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) e aprovado pelos membros da CPI dos Bingos. Os parlamentares também já ratificaram requerimento para que Waldomiro deponha na comissão, ainda sem data marcada.

Nesta terça-feira, a CPI ouvirá José Vicente Brizola, ex-diretor da Loteria do Estado do Rio Grande do Sul (Loterj). Ele depôs ao Ministério Público estadual sobre supostas pressões que sofreu do PT para arrecadar, junto a bicheiros, recursos destinados à campanha eleitoral de 2002.



Efraim Moraes preside os trabalhos da comissão, que ouvirá procuradores esta semana

Na quinta-feira, serão ouvidos sete procuradores que há mais de cinco anos investigam crimes relacionados a jogatinas e casas de bingo.

Há dez dias, o relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), afirmou ter sido procurado pelo deputado federal José Dirceu (PT-SP), ex-ministro

da Casa Civil, que lhe teria pedido para não ser convocado. “Eu disse a ele que será convocado se houver algo que justifique sua presença na CPI”, completou.

Segundo o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), vice-líder do governo, Dirceu está disposto a depor na CPI “tantas vezes quantas forem necessárias” e apenas pediu para que seja

convocado somente se demonstrarem seu envolvimento pessoal com o que está sendo apurado.

O requerimento em que é solicitada a convocação de Dirceu foi apresentado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

– Se ele não for ouvido, não chegaremos onde devemos chegar – afirmou o senador.

Cronologia da legislação sobre bingos

– A Lei de Contravenções Penais (1941) proíbe, em seu artigo 50, o estabelecimento ou exploração de jogo de azar em lugar público ou acessível ao público. Consideram-se jogos de azar aqueles em que o ganho e a perda dependem da sorte.

– O artigo 51 da mesma lei proíbe a promoção ou extração de qualquer loteria sem autorização legal.

– A Lei Pelé (1998) permitia (artigo 59) a realização de jogos de bingo em todo o país, considerando-se “bingo permanente” aquele realizado em salas próprias, com extração isenta de contato humano.

– A Lei 9.981/00 revogou todos os artigos referentes a bingos na Lei Pelé, estabelecendo que caberia à Caixa Econômica Federal autorizar e fiscalizar os jogos de bingo, bem como decidir sobre a regularidade das prestações de contas.

– A MP 2.216-37/01 ratificou que a exploração de jogos de bingo, serviço público de competência da União, tem de ser executada, direta ou indiretamente, pela CEF.

– Em fevereiro de 2004, após o escândalo da gravação de Cachoeira e Waldomiro Diniz, o governo editou a MP 168, que proibia a exploração de bingo e jogos em máquinas eletrônicas denominadas “caça-níqueis”. A MP foi rejeitada pelo Congresso.

– Há alguns anos, os estados deram início à autorização de instalação de bingos como modalidade lotérica, mas tiveram de voltar atrás, por tratar-se de competência exclusiva da União.



– Ainda em 2004, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento de ação direta de inconstitucionalidade (Adin 2.847/DF), declarou que as normas estaduais são inconstitucionais por serem “ofensa à competência privativa da União”.

CRISE POLÍTICA Senadores se dizem preocupados com denúncias como a que envolveu o filho de Lula e a Telemar

Escândalos paralelos agravam crise



Uma série de escândalos paralelos ajuda a aumentar ainda mais a crise política no país. Esta semana, senadores questionaram a sociedade do filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Fábio Luís Lula da Silva, 30 anos, com a operadora de telefonia Telemar.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) citou as matérias publicadas pela imprensa, como a da revista *Veja*, que, sob o título "O negócio do Lulinha", acusa Fábio de haver se tornado sócio da gigante da telefonia sem tirar um único real do bolso.

A empresa de jogos de Fábio tinha um capital de R\$ 200 mil e recebeu aporte de R\$ 5 milhões da Telemar. Posteriormente, a operadora comprou 35% da empresa do filho do presidente Lula por R\$ 2,5 milhões.

– Por mais que a realidade

implacável diga não, eu quero continuar dizendo aos meus filhos que não vale a pena roubar. E, para dizer isso, é fundamental que exemplos sejam dados, com a penalização daqueles que estão tratando o espaço público como se fosse uma caixinha de objetos pessoais – enfatizou Heloísa Helena.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que essa questão ainda poderá se tornar uma grande preocupação para o PT. "Em respeito ao presidente", ele disse que se absteria de debater esse assunto antes das averiguações da Justiça.

Senador questiona contratos publicitários

Alvaro Dias (PSDB-PR) se disse preocupado com os contratos de publicidade patrocinados pelo governo Lula. O senador salientou que cabe à Secretaria de Gestão Estratégica, comandada por Luiz Gushiken, acompanhar os contratos publicitários em todos

os órgãos do governo.

– A secretaria não participa dos contratos, ela decide. Por isso, Luiz Gushiken já está convocado para depor na CPI dos Correios, porque tem plena responsabilidade por todos os gastos do governo com propaganda e publicidade – assinalou.

Como exemplo da "dinheirama" que cerca os contratos, ele citou o caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que, em 2004, então presidido por Carlos Lessa, gastou R\$ 8,2 milhões e apresentou previsão de gastos de R\$ 30 milhões para 2005.

José Jorge critica Cobra Tecnologia

O senador José Jorge (PFL-PE) criticou o comportamento comercial de uma subsidiária do Banco



"Quero poder dizer a meus filhos que não vale a pena roubar", afirma Heloísa

do Brasil, a Cobra Tecnologia, que tem se comportado como empresa pública, ao ser dispensada de licitação em contratos com órgãos estatais.

Ele afirmou que, como empresa privada, a Cobra realiza contratos em montantes que chegam a R\$ 200 milhões, sem licitação, com o Banco da Amazônia (Basa), BNB e Instituto Nacional

do Seguro Social (INSS). Depois repassa tais contratos a terceiros porque não tem estrutura para realizar o trabalho.

O senador afirmou que requereu do Tribunal de Contas da União a investigação do contrato entre aquela empresa e o Banco do Nordeste, que, segundo ele, suspendeu "em caráter cautelar" o contratado.

Pefelista pego com malas de dinheiro é desfilado

A Comissão Executiva Nacional do Partido da Frente Liberal (PFL) cancelou, em decisão unânime, a filiação do deputado federal João Batista Ramos (SP). Ele fora detido pela Polícia Federal no aeroporto de Brasília na segunda-feira passada ao tentar embarcar em jatinho com sete malas de dinheiro que continham R\$ 10,2 milhões. João Batista atribuiu o dinheiro a doações de fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, da qual ele é bispo.

Em nota oficial divulgada após reunião extraordinária, a Executiva Nacional do PFL informou que o deputado João Batista sempre cumpriu as determinações da bancada do partido, mas, ao transportar o dinheiro, contrariou os princípios inerentes às atividades parlamentar e partidária.

– O cancelamento da filiação não implica qualquer prejulgamento sobre os atos que praticou em nome de sua igreja, que serão examinados na forma da Constituição e

das leis vigentes – sustenta a Executiva na nota.

Segundo o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), o partido entendeu que a transferência e o recolhimento de recursos bancários devem ser feitos por bancos e empresas especializadas em segurança e não por um parlamentar.

Antes da reunião da comissão, o líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), havia sugerido que o bispo pedisse licença do partido até que a situação fosse esclarecida.

Ao ler uma nota oficial da Igreja Universal, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) explicou que as malas continham o dízimo recolhido de fiéis durante a celebração do aniversário de 28 anos da instituição, ocorrida recentemente em Manaus (AM).

– É dinheiro de doação, não tem nada a ver com dinheiro transportado em cueca, não tem nada a ver com corrupção. O dinheiro foi declarado no aeroporto de Manaus – disse.

Executiva do PFL declarou que deputado feriu princípios partidários



A Comissão Executiva do PFL, presidida por Bornhausen (C), decide pela expulsão do deputado federal João Batista Ramos

Delcidio pede retificação de reportagem

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcidio Amaral (PT-MS), pediu retificação da reportagem publicada na última quarta-feira, pelo jornal *Estado de S. Paulo*, que levanta suspeitas sobre sua prestação de contas à Justiça Eleitoral na campanha ao Senado, em 2002.

De acordo com o senador, a matéria intitulada "Gastos de Delcidio e PT em 2002 são investigados" atribui ao procurador-eleitoral Luiz de Lima Stefanini a afirmação segundo a qual o candidato e o partido gastaram quantias bem maiores do que constam em suas prestações de contas.

Delcidio disse que sua prestação de contas foi apresentada no prazo legal e a coordenadoria de controle interno emitiu parecer pela aprovação das contas. Tal parecer, segundo o senador, foi submetido a julgamento pelo Tribunal Regional Eleitoral, que as aprovou "sem restrições", em dezembro de 2002.

Ideli interpela Roberto Jefferson na Justiça

Já a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) protocolou três interpeções judiciais para o deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ). O motivo foi a nota divulgada pelo deputado na semana passada, que, segundo a senadora, conteria "insinuações de que ela teria participação no esquema do 'mensalão'".

As interpeções pedem que Roberto Jefferson explique ao Supremo Tribunal Federal "o sentido das frases dúbias" de sua nota. Ideli afirmou que, após as explicações, apresentará à Justiça queixa-crime e ação por danos morais.

– As insinuações de Roberto Jefferson foram represália ao fato de que partiu de mim a proposta que resultou na quebra de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico – declarou a senadora.

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o Congresso deve

ampliar o raio de ação da CPI Mista dos Correios para investigar também os escândalos relacionados a Furnas, fundos de pensão e uso de verbas de publicidade.

– Diante de tantas denúncias apresentadas, seria uma forma de responder à população de maneira mais convincente. Não podemos instalar uma CPI a cada acusação que surge – afirmou Alvaro Dias, lembrando a recente prisão de um membro do PT que carregava consigo mais de R\$ 400 mil em dinheiro.

Ao se manifestar sobre a atual situação política do Brasil, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) pediu que as comissões de inquérito não se deixem motivar por "achismos" e vaidades para que a seriedade de seus trabalhos não seja prejudicada. Ele ressaltou ainda que os eleitores não devem "generalizar, colocando todos os representantes sob suspeita".

Amir Lando repele denúncias feitas por auditora

O senador Amir Lando (PMDB-RO) defendeu-se das denúncias de corrupção divulgadas pelo *Jornal Nacional*, da TV Globo, semana passada. O telejornal transmitiu gravação que teria sido feita pela Polícia Federal em 2004, na qual duas auditoras fiscais comentam suposto um esquema de pagamento de propina ao PT para que o Ministério da Previdência, então comandado pelo senador, não fiscalizasse as indústrias do Rio de Janeiro.

– Nunca conversei com a senhora Maria Auxiliadora. A minha honra é meu maior patrimônio e não pode estar à disposição de magarefes – afirmou Amir Lando, referindo-se à auditora, que afirma, na conversa gravada, ter

se inteirado do esquema com o próprio senador.

Ela afirma que Amir Lando teria dito que não fiscalizaria as indústrias fluminenses devido a acordo com a Federação das Indústrias do Rio (Firjan).

O senador disse ainda que era difícil explicar uma situação inexistente. Garantiu que, durante a sua gestão, o Ministério da Previdência promoveu diversas operações contra a sonegação e contra as fraudes.



"A minha honra é meu patrimônio e não pode estar à disposição de magarefes", diz Lando

Muitos senadores manifestaram solidariedade a Amir Lando, lembrando o seu trabalho como relator da CPI que resultou no *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor.

CRISE POLÍTICA

Arthur Virgílio repele acusação e ataca Lula



O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) repudiou, em Plenário, o que chamou de provocação do governo, feita por meio do deputado Henrique Fontana (PT-RS), durante a reunião da CPI Mista dos Correios na noite da última quarta-feira. Virgílio subiu o tom de suas críticas: "Chega dessa história de Lula não saber das coisas", disse, acrescentando que se o presidente da República "não tinha conhecimento da corrupção no governo, ele é um idiota e, se sabia, é um corrupto".

O deputado, que é suplente na CPI, perguntou a Luiz Otávio Gonçalves, diretor da empresa Skymaster, que presta serviços aos Correios, se a empresa havia colaborado para a campanha do senador. Virgílio entende que a pergunta foi feita com a intenção de colocar em dúvida sua honra e esclareceu que a Skymaster colaborou com R\$ 50 mil para sua campanha como pessoa jurídica, o que é totalmente legal pela atual legislação.

O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) repudiou, em Plenário, o que chamou de provocação do governo, feita por meio do deputado Henrique Fontana (PT-RS), durante a reunião da CPI Mista dos Correios na noite da última quarta-feira. Virgílio subiu o tom de suas críticas: "Chega dessa história de Lula não saber das coisas", disse, acrescentando que se o presidente da República "não tinha conhecimento da corrupção no governo, ele é um idiota e, se sabia, é um corrupto".

Líder do PSDB quer suas contas de campanha nos Anais do Senado



Arthur Virgílio Neto repudia insinuação do deputado Henrique Fontana sobre suas contas de campanha

– E eu não colaborei em nada para que essa empresa ou qualquer outra subisse ou descesse na vida – garantiu Virgílio, expondo a prestação de contas de sua campanha e informando que gastou pouco mais de R\$ 1,6 milhão para eleger-se senador pelo Amazonas.

Virgílio afirmou que todas as doações que recebeu estão declaradas e que não fez "caixa dois", acrescentando que o Tribunal Regional Eleitoral aceitou as suas contas. O senador apresentou em Plenário toda a documentação contendo o nome dos colabora-

dores de sua campanha, além de parecer do Ministério Público e do TRE, e pediu que tudo conste nos Anais do Senado.

O senador também contestou as contas apresentadas por alguns senadores na última campanha, como Jefferson Péres (PDT-AM), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP). O parlamentar disse ainda que há R\$ 12,8 milhões doados à campanha do presidente Lula que não foram explicados pelo PT.

– Eu não sou Delúbio, nem Sílvio Pereira nem José Dirceu. Não faço parte desse governo corrupto. O governo não pode tentar se defender acusando pessoas – frisou.

Mercadante rebate acusações do senador

O líder do governo no Senado, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), divulgou nota em resposta ao pronunciamento do senador Arthur Virgílio.

No entendimento de Mercadante, o líder do PSDB foi à tribuna motivado pelos resultados de recente pesquisa

de opinião que mostram que a população confia no presidente Lula e acredita que ele não está envolvido nas denúncias de corrupção.

O discurso de Virgílio também foi atribuído por Mercadante ao prestígio que o presidente Lula mantém junto à opinião pública

internacional e aos indicadores de crescimento da economia.

Para o líder do PT, a população sabe que o presidente está tomando todas as providências para apurar as responsabilidades e punir os culpados. Além disso, o mercado está confiante na política econômica.

Presidência



O ministro da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e Relações Institucionais e novo coordenador político do governo, Jaques Wagner, se encontrou com o presidente do Senado, Renan Calheiros, na última quarta-feira.

Jaques Wagner informou a Renan que o governo pretende elaborar uma agenda para as atividades legislativas,

que será colocada em prática a partir de agosto.

A agenda será feita em conjunto com os líderes do governo na Câmara e no Senado, além de outros ministros.

Jaques Wagner fez uma visita de cortesia ao Congresso Nacional após assumir suas novas funções de coordenador político do governo na reforma ministerial da semana passada.

Curtas

MINISTÉRIO PÚBLICO

– Após visita de cortesia ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o novo procurador-geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, disse que o Ministério Público está acompanhando todas as investigações sobre apreensões recentes de malas cheias de dinheiro.

CARTÓRIOS

– O desembargador Fausto Valença de Freitas, presidente do Colégio de Corregedores-Gerais do Brasil, disse a Renan que está preocupado com a possível aprovação pelo Senado do projeto de lei da Câmara (PLC 7/05) que retira do Poder Judiciário a competência de nomear os titulares dos cartórios extrajudiciais.

Oposição sobe o tom das críticas ao presidente

O comportamento do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva diante das denúncias de corrupção voltou a dominar a atenção dos parlamentares. Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), "Lula é o maior responsável pela corrupção em seu governo".

– Quando um presidente não exerce a autoridade inerente ao cargo, torna-se omissivo, conivente e cúmplice da corrupção que surge dentro de seu governo – declarou.

Leonel Pavan (PSDB-SC) foi na mesma linha. Ele afirmou que, no Palácio do Planalto, todos são suspeitos, inclusive o presidente, no mínimo por omissão.

– Não se pode separar o joio do joio, estão todos no mesmo saco. Não é possível excluir o presidente das investigações, se, bem perto dele, há tantos corruptos. Lula e o PT ressuscitaram o clima do governo mais corrupto que já houve no Brasil, o do Collor – destacou.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o presidente Lula não está preparado para exercer o cargo. Ele comparou o problema da corrupção no país a um câncer que atinge toda a sociedade.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) salientou que o problema é que o governo e o Partido dos Trabalhadores se confundem. Ele criticou a



Alvaro Dias afirma que Lula não exerce a autoridade inerente a seu cargo

deliberação do novo presidente do partido, Tarso Genro, que propôs monitorar os ministros do PT. Na opinião do senador, só haveria necessidade de monitoração se o presidente da República não comandasse seus ministros e, se esse fosse o caso, seria preciso monitorar também os novos ministros do PMDB.

A popularidade do presidente foi destacada pelo senador Sibá Machado (PT-AC). Ele destacou a pesquisa CNT/Sensus, segundo a qual a crise política não afetou a imagem de Lula.

– A pesquisa indica que a aprovação do desempenho de Lula subiu de 57,4% em maio para mais de 59% em julho. Isso mostra que as denúncias de corrupção não prejudicaram sua popularidade, e que a população não se deixa levar por aqueles que querem antecipar as eleições – declarou Sibá.

Suplicy acredita que está havendo transparência

Ao dirigir-se aos senadores da oposição, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sustentou que muitos agem como se o país estivesse passando por uma situação de corrupção nunca antes vivida. Para ele, o que está acontecendo é um momento de "intensa transparência" e disposição do Congresso Nacional de apurar os fatos. Suplicy ressaltou que os problemas nos Correios são anteriores ao governo Lula.

– Precisamos saudar o fato dessa Casa estar funcionando plenamente e de aqui estarmos votando leis, emendas à Constituição, nomes de pessoas designadas pelo Executivo e também cumprindo o dever de fiscalizar os atos do governo – observou.

O senador João Capiberibe (PSB-AP) propôs que o governo seja mais transparente na prestação de contas à sociedade. Ele pediu a diminuição dos cargos de confiança e a realização da reforma política.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) propôs a "refundação do Estado brasileiro" com o objetivo de enfrentar a crise atual e combater a corrupção. Ele sugeriu a realização de uma reforma administrativa e a criação de um projeto de desenvolvimento de longo prazo. Tebet também apoiou a reforma



Eduardo Suplicy aponta que denúncias na ECT são anteriores ao atual governo

política, mas ponderou que são necessárias mais discussões e a adoção gradativa das mudanças.

– Refundar o Estado significa refazer as regras e práticas do sistema político, racionalizar as estruturas e criar um projeto de desenvolvimento balizado pelas demandas sociais e compatibilizado com a realidade – explicou.

A falta de educação básica e de um ensino de qualidade ao brasileiro de menor poder aquisitivo seriam as causas da crise, para o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO). Ele lamentou que a sociedade esteja acostumada a crises institucionais causadas por atos de corrupção, cujos praticantes continuam sendo beneficiados pela impunidade.

ORDEM DO DIA

Senado aprova usina hidrelétrica no Pará

O Plenário aprovou projeto que autoriza o Executivo a implantar o Complexo Hidrelétrico Belo Monte, em trecho do rio Xingu, no estado do Pará. O início das obras está condicionado à realização de estudos de viabilidade técnica, ambiental e antropológica pela Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás).

O texto, que recebeu emenda de redação para destacar a participação de autoridades do paraenses nos estudos, vai agora à promulgação. A emenda foi apresentada pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), para atender reivindicação do senador Luiz Otávio (PMDB-PA). Seu objetivo foi tornar expressa essa participação, garantida tanto ao estado quanto aos municípios que serão afetados pela obra.

Luiz Otávio frisou seu apoio e o do povo paraense à usina de Belo Monte, mas disse estranhar a urgência na votação do projeto de decreto legislativo (PDS 343/05), aprovado pela Câmara no último dia 6.

A emenda de Flexa Ribeiro acabou sendo acolhida pelo



José Sarney, relator do projeto, vê Belo Monte como "o melhor aproveitamento hidrelétrico disponível no país"

relator, senador José Sarney (PMDB-AP), que vê Belo Monte como "o melhor aproveitamento hidrelétrico disponível no país". Em seu parecer, Sarney observou que o empreendimento irá gerar 11.180 megawatts, inundando área de cerca de 400 quilômetros quadrados, similar à região submersa durante as cheias do rio Xingu. Disse ainda se tratar da obra mais barata disponível para o suprimento das necessidades energéticas do país, com preço estimado em US\$ 26 por

megawatt/hora, incluídos aí os custos ambientais.

Embora Sarney tenha assinalado que essa autorização está condicionada à elaboração de estudos técnicos, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) considerou que essa avaliação deveria ser realizada com a participação do Congresso Nacional, por meio de audiências públicas.

Ela e o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) votaram contra o projeto.

Milton Santos dará nome a atlas do IBGE

O Senado aprovou projeto que denomina Milton Santos o atlas publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A publicação passa agora a se chamar *Atlas Nacional do Brasil Milton Santos*.

A proposição nasceu na Câmara, por iniciativa da deputada Marinha Raupp (PMDB-RO). Na justificativa, ela explica que o objetivo é homenagear o geógrafo Milton Santos, falecido em 24 de junho de 2001, associando-o à imagem do IBGE. O relator do projeto (PLC 91/04) na Comissão de

Educação, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), afirma que o atlas é uma publicação de relevância para pesquisadores, professores, alunos e demais estudiosos da geografia brasileira.

– Ao denominá-lo Milton Santos, não se pretende mais que prestar justa homenagem a uma das figuras exponenciais da ciência, cuja vida profissional repercute junto à comunidade internacional como referência na área dos estudos descritivos e analíticos do espaço brasileiro e de sua ocupação – afirmou o senador.

Comissão examina compulsória aos 75

O Plenário discutiu, em quinta e última sessão em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que estipula a aposentadoria compulsória no serviço público aos 75 anos "na forma de lei complementar". A proposição recebeu, em outras sessões de discussão, emendas de Plenário dos senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

e Edison Lobão (PFL-MA) para excluir ministros dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União da exigência da regulamentação por lei complementar. A matéria foi enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para análise das emendas.

Apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), o

projeto (PEC 42/03) elevava a compulsória de 70 para 75 anos, mas emenda do senador José Jorge (PFL-PE), relator na CCJ, condiciona a ampliação do limite máximo à aprovação de lei complementar. Sem ela, mesmo com a promulgação da emenda, a idade da aposentadoria compulsória continuaria a ser de 70 anos, com as exceções previstas em lei.

Autorizada criação de cinco universidades

O Poder Executivo foi autorizado pelo Plenário do Senado, na semana passada, a criar cinco universidades federais, que surgirão do desmembramento ou da transformação de instituições já existentes em Minas Gerais (duas), Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Bahia. Todas as matérias serão enviadas à sanção presidencial.

A Universidade Federal da Grande Dourados (MS) surgirá do desmembramento da universidade federal do estado e terá 480 professores, quase 900 funcionários técnico-administrativos e 96 médicos. O PLC 57/05 teve como relator o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que informou que o *campus*

de Dourados já oferecia 12 cursos de graduação, seis de especialização, quatro de mestrado e um de doutorado. Tebet lembrou que o projeto de criar a instituição federal em Dourados já existe há mais de 20 anos e que a nova universidade beneficiará uma região com mais de 700 mil habitantes.

Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) afirmou que a estruturação de Dourados, cidade que qualificou de "pólo econômico e cultural", significa o crescimento do Mato Grosso do Sul.

A transformação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro em Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PLC 56/05) foi aprovada na mesma sessão. Um dos relatores, Aelton Freitas (PL-MG) ressaltou que a iniciativa obedece à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, "na linha da expansão e qualificação das universidades públicas brasileiras". Também manifestaram-se favoravelmente ao projeto os outros dois parlamentares que representam Minas Gerais, Eduardo Azeredo (PSDB) e Wellington Salgado de Oliveira (PMDB).

O terceiro projeto (PLC 59/05) transforma o centro universitário hoje existente em Universidade Federal de Alfenas, que abrigará a Escola de Farmácia e Odonto-

logia local. O relator Eduardo Azeredo (PSDB-MG) destacou que a transformação incentivará o desenvolvimento do sul de Minas Gerais e da microrregião de Alfenas.

Wellington Salgado, que assumiu na vaga do senador Hélio Costa, novo ministro das Comunicações, se disse contente, assim como Fernando Bezerra (PTB-RN), por ajudar a aprovar a criação de cinco universidades logo no seu primeiro dia no Plenário.

Os senadores também deliberaram sobre a transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (RN) em Universidade Federal Rural do Semi-Árido. A matéria (PLC 61/05)

teve como relator Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que argumentou que a nova universidade, voltada para a realidade do semi-árido, está

"aparelhada para servir a uma região carente não só de chuvas, mas de conhecimento científico e tecnológico". Ele acrescentou que a Escola Superior de Agricultura de Mossoró oferece os cursos de Agronomia, Zootecnia, Medicina Veterinária, Engenharia Agrícola, Engenharia da Pesca e Engenharia Ambiental, além de cinco cursos de pós-graduação.

Recôncavo Baiano também é beneficiado

Por fim, os senadores acataram o PLC 60/05, de criação da Universidade do Recôncavo Baiano, relatado por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). "Indispensável para a Bahia", frisou o relator, a proposição (oriunda do Executivo) foi inspiração sua. Ele destacou a atuação do ex-senador baiano Waldeck Ornelas, o trabalho da bancada do PFL na Câmara dos Deputados e o apoio do deputado Walter Pinheiro (PT-BA).

Antonio Carlos criticou o pequeno número de universidades federais no Nordeste, afirmando que não é justo a Bahia sustentar quatro universidades estaduais e o governo federal apenas duas.

Plenário concede gratificação para o Ibama

Servidores do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) são beneficiados por projeto aprovado em Plenário que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental.

– É uma conquista importante para esses servidores. Eles serão beneficiados em vários níveis: dos auxiliares àqueles que possuem nível superior. Era uma demanda que há muito tempo eles esperavam ver atendida. O Senado, que está aprovando o projeto em tempo recorde, presta assim uma homenagem aos funcionários do Ibama – declarou o relator, Aloizio Mercadante (PT-SP).

O senador lembrou que alguns funcionários do órgão foram afastados de seus cargos sob acusações de corrupção, em casos de omissão diante do desmatamento ilegal no estado de Mato Grosso. Mas afirmou que essas pessoas fazem parte de uma "minoría", e que isso em "nada diminui o papel relevante e destacado do Ibama e de seus servidores concursados".

– Parabéns a esses funcionários, que, tenho certeza, vão se dedicar ao seu trabalho com mais empenho e mais eficiência, para que o Brasil tenha orgulho dessa instituição tão importante para o desenvolvimento sustentável do país

– concluiu Mercadante. O projeto (PLC 53/05), originário da Câmara, vai agora à sanção do presidente da República.

Aumento para policiais e bombeiros do DF

Outros dois projetos de lei, o PLC 71/04 e o PLC 54/05, também foram aprovados pelo Plenário do Senado e encaminhados à sanção presidencial. Enquanto a primeira proposição dispõe sobre a Vantagem Pecuniária Especial para militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e sobre a remuneração de delegados e servidores da Polícia Civil do Distrito Federal, a segunda institui o



Mercadante explica projeto beneficia servidores de vários níveis

Dia Nacional da Assistência Social no dia 7 de dezembro de cada ano, data que coincide com a de promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), que amplia os direitos sociais.

CONTAS PÚBLICAS

Atraso na LDO não retarda Orçamento

Adiada de 26 de julho para 2 de agosto, a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006 na Comissão Mista de Orçamento não deve atrasar a proposta orçamentária do próximo ano. Pelo menos foi o que garantiu na última quarta-feira o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, aos relatores da LDO, deputado Gilmar Machado (PT-MG), e do Orçamento, deputado Carlito Merss (PT-SC), após reunião tumultuada da comissão que adiou o recesso oficial do Congresso – como desejava a oposição.

O ministro decidiu, segundo Merss, orientar os técnicos da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) a preparar o projeto de Lei do Orçamento de 2006 com base no relatório de Machado, já que não houve divergências técnicas relevantes durante as negociações sobre a LDO. Dessa maneira, o projeto deve ser enviado ao Congresso até o final de agosto, obedecendo assim o prazo constitucional.

A possibilidade de mudar a decisão do presidente da comissão, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), parece remota. Mestrinho acionou o Regimento para não abrir a reunião porque, no mesmo horário, os deputados votavam no Plenário

da Câmara, o que impediria as deliberações nas comissões, mesmo nas mistas. Os governistas sustentaram que havia quórum para votar a LDO e atribuíram a decisão de Mestrinho às pressões da bancada ruralista.

Reverter essa situação e votar a LDO não está nos planos dos integrantes da base aliada. O vice-líder do governo no Congresso, deputado João Leão (PL-BA), informou que deve conversar com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para que a sessão do Congresso seja remarçada para 2 de agosto. O deputado alega que a sessão do dia 20 de julho perdeu seu objetivo principal, o de votar a LDO.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), até anunciou que a oposição poderá levantar a obstrução à votação da LDO esta semana se as duas Casas continuarem a funcionar. Só que o PFL quer que o governo atenda às reivindicações dos produtores rurais, prorrogando as dívidas de custeio da safra 2004/2005 e liberando recursos do BNDES para refinarar compromissos junto a fornecedores. Está prevista para esta semana reunião entre o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e os ministros da Fazenda e da Agricultura para encontrar uma solução.

PFL admite interromper obstrução se governo atender agricultores



Gilberto Mestrinho, presidente da comissão, não abriu reunião porque Plenário realizava votações

Mudanças na tramitação longe do consenso

Apesar da falta de acordo entre Senado e Câmara em relação às emendas de bancada, o que praticamente inviabilizou a formalização de proposta da comissão mista temporária encarregada de rever as regras de tramitação dos orçamentos federais, o presidente do Congresso, Renan Calheiros, decidiu continuar a analisar o assunto.

No último dia 11, Renan indi-

cou o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) para relatar a proposta que foi protocolada pelo deputado Ricardo Barros (PP-PR), com apoio de 22 senadores e 90 deputados.

O projeto que poderá alterar a Resolução nº 1 do Congresso irá tramitar também na Câmara, onde foi designado relator o deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO). Até agora não há qualquer entendimento para

imprimir urgência à matéria.

O deputado Carlito Merss (PT-SC) disse que a proposta orçamentária de 2006, da qual será relator, seguirá as normas estabelecidas pela Resolução nº 1. Mesmo assim, ele pretende engajar as comissões temáticas na discussão dos relatórios setoriais, colocando em prática dispositivos da proposta de Barros, que foi relator na comissão temporária.

Gestão de florestas chega ao Senado e já causa polêmica

Um dos mais polêmicos projetos enviados este ano pela Câmara ao Senado regulamenta a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, estabelecendo que as empresas nacionais poderão participar de licitações para explorar os recursos naturais das florestas.

A proposta (PL 4.776/05), apresentada pelo Poder Executivo, foi aprovada na Câmara depois de cinco meses de discussão e deverá ser examinada no segundo semestre. Antes de ser distribuído às comissões permanentes, o projeto já encontrou opositores no Senado.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) é um desses críticos. Para

ele, pelo texto aprovado na Câmara, o projeto apenas autoriza o governo a “lotear” as florestas e legalizar a exploração, hoje ilegal, dos recursos naturais. O objetivo é nobre, admitiu o senador.

Para ele, apesar de a proposta aprovada pelos deputados conter “poucos pontos negativos, esses suplantam os pontos positivos”.

– Já posso adiantar que vamos realizar um grande número de audiências públicas com especialistas e cientistas ambientais para construir um substitutivo que explore todos os pontos positivos e corrija os negativos. Por isso, a tramitação no Senado pode ser tão extensa

quanto foi na Câmara, ou até mais extensa – disse.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto terá como relator o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).



Para Capiberibe, projeto estabelece regras de manejo para reduzir destruição florestal

Novas regras agradam aos senadores da Amazônia

Uma das vozes favoráveis à matéria, o senador João Capiberibe (PSB-AP) acha que o projeto chega ao Parlamento com 500 anos de atraso.

– Desde a época do descobrimento o Brasil vive da exploração de produtos florestais, que representam cerca de 5% do produto interno bruto (PIB). A matéria busca dar destino econômico e racionalizar o uso dos recursos florestais – afirmou.

Para Capiberibe, o projeto estabelece regras de manejo florestal e é uma tentativa de mitigar o ritmo destrutivo que atinge as florestas brasileiras.

O senador disse que já tem idéia das emendas que vai apresentar. Uma delas diz respeito à transparência do procedimento de concessão, incluindo um artigo que determine a publicação de todo o processo na Internet. Outra emenda busca proteger as comunidades que exploram as florestas para subsistência.

– Os prazos de concessão poderiam ser de dez anos, ao final dos quais haveria uma verificação do

correto cumprimento do contrato e seria discutida a possível renovação – completou.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) elogiou a iniciativa do governo, destacando que é mais interessante realizar uma licitação que dê chance de grandes e pequenas empresas explorarem as áreas florestais do que deixar essas áreas livres à exploração predatória, como ocorre hoje.

– As empresas pagarão algo como *royalties* para os estados, os municípios e a União. Vamos transformar o que acontece hoje – porque muitas não pagam um único centavo de imposto, exploram a terra de forma ilegal, grilando-a – em exploração sustentável.

Os senadores Sibá Machado (PT-AC) e Jefferson Péres (PDT-AM) também se mostraram favoráveis à aprovação do projeto. Sibá disse esperar a aprovação da proposta do Executivo ainda no primeiro semestre. Jefferson criticou a atuação dos órgãos de fiscalização do estado nos últimos dez anos.

– Falta um projeto racional de exploração da floresta, e o projeto vai nessa linha. A única maneira de se compatibilizar a exploração dessa enorme riqueza que é a madeira com a preservação é por meio do arrendamento de florestas públicas – afirmou.

Governo quer combater desmatamento

A regulamentação da exploração sustentável de florestas públicas tem como objetivo combater o desmatamento na Amazônia, justifica o governo. O projeto cria o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que controlará as concessões e terá atividades complementares às do Ibama. A proposta cria ainda o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, para fomentar o desenvolvimento

de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil e promover a inovação tecnológica do setor, como recuperação de áreas degradadas com espécies nativas, e a capacitação e formação de agentes florestais, entre outros.

As empresas interessadas em administrar os recursos florestais participarão de licitação para receberem direito de uso das áreas florestais brasileiras.

Só poderão participar das licitações empresas ou pessoas jurídicas que tenham sede e administração no Brasil.

O Serviço Florestal Brasileiro organizará o edital de licitação e gerenciará o processo. O preço oferecido não será o único critério utilizado para determinar o vencedor da licitação. Vencerá a licitação a proposta com menor impacto ambiental e maiores benefícios sociais diretos.

DESARMAMENTO

TSE define agenda para o referendo

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), responsável pela organização e execução do referendo de 23 de outubro, sobre a proibição da venda de armas e munições no país, já definiu o calendário para a realização da primeira consulta popular do gênero na história brasileira. Em pleno recesso do Judiciário, o ministro Luiz Carlos Madeira, presidente em exercício do TSE, aprovou dez das 12 instruções normativas necessárias à regulamentação do decreto legislativo promulgado pelo Congresso na semana passada.

As normas, que devem ser referendadas pelo plenário do TSE no próximo dia 1º de agosto, definem os critérios para a campanha institucional de esclarecimento dos eleitores, a propaganda que será veiculada em horário gratuito de rádio e TV pelas frentes parlamentares favoráveis e contrárias à proibição do comércio de armamentos e os prazos dados aos eleitores interessados em se cadastrar ou mudar de domicílio eleitoral.

A Justiça Eleitoral deverá gastar R\$ 270 milhões na organização do referendo. O Estatuto do De-

sarmamento prevê que a posição vencedora (por maioria simples) entrará em vigor no mesmo dia que o TSE divulgar o resultado da consulta (a previsão é de que isso ocorra antes da meia-noite do dia 23 de outubro).

As pessoas que completam 18 anos de idade até 22 de julho devem fazer o cadastramento na Justiça Eleitoral até o próximo sábado, para participar do referendo, que terá voto obrigatório.

Nas urnas eletrônicas, as mesmas que foram usadas nas últimas eleições, a tela exibirá a pergunta: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?" Um sorteio público a ser marcado vai definir que números corresponderão às teclas "sim" ou "não". O número (1 ou 2) certamente será muito usado nas campanhas pró e contra o desarmamento que serão veiculadas, a partir do dia 23 de setembro, pelas frentes parlamentares constituídas pelo Congresso e devidamente registradas na Justiça Eleitoral. As duas frentes também estão autorizadas a criar páginas na Internet para defender suas posições.

Prazo para inscrição de novos eleitores termina neste sábado



Na urna eletrônica, o eleitor deverá responder à pergunta: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?"

Veja o calendário da consulta

23/7 - Último dia para inscrição de eleitores ou transferência de domicílio eleitoral, inclusive para portadores de necessidades especiais.

23/7 - Prazo para as frentes parlamentares (a favor e contra a proibição da venda de armas) indicarem representantes ao TSE.

1º/8 - Início da campanha institucional aos eleitores sobre o tema do referendo e a obrigatoriedade do voto.

1º/8 - A partir desse dia, informações de pesquisas sobre o referendo devem ser registradas na Justiça Eleitoral antes da divulgação.

30/8 - Prazo final para impressão das folhas de votação.

8/9 - TSE requisita às emissoras de rádio e TV 15 minutos diários para divulgar comunicados e boletins.

23/9 - Início da campanha em rádio e TV.

10/10 - Cadernos de votação são encaminhados aos TREs.

13/10 - Cartórios eleitorais fornecerão gratuitamente aos eleitores o formulário Requerimento de Justificativa Eleitoral.

18/10 - Desse dia até 48 horas após o referendo, nenhum eleitor poderá ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou desrespeito a salvo-conduto.

20/10 - Último dia para comícios e debates e do horário eleitoral gratuito no rádio e na TV.

23/10 - Dia do referendo. Votação das 8h às 17h. O TSE tem até 31 de outubro para divulgar o resultado, mas poderá fazê-lo até as 24h do mesmo dia.

22/11 - Prazo de entrega à Justiça Eleitoral das prestações de contas dos gastos das frentes parlamentares com o referendo.

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Senado consolida mudanças na Justiça

A primeira parte das medidas destinadas a aprovar e consolidar a reforma do Judiciário, em vigor desde o último dia de 2004, chegou ao Senado. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara aprovou, por unanimidade e em caráter conclusivo, projeto de lei que institui a súmula impeditiva de recursos, permitindo a juízes de primeira instância recusarem apelações em processos quando a sentença já estiver de acordo com decisões anteriores do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

A Emenda Constitucional 45/04, que aprovou a reforma do Judiciário, depende dessas regulamentações para ser colocada em prática. O "Pacto de Estado em favor de um Poder Judiciário mais rápido e republicano" - nome da reforma processual em andamento no Congresso - foi celebrado em 2004 e prevê a aprovação de 23 projetos para regulamentar dispositivos da emenda constitucional, como a súmula vinculante ou impeditiva de recursos.

A primeira medida implementada foi a criação dos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público, que exercerão o chamado controle externo do Judiciário. Os 15 membros do primeiro e os 14 integrantes do segundo já foram aprovados

Súmula vinculante ainda é polêmica

Relator na CCJ do projeto da súmula impeditiva de recursos, o deputado Inaldo Leitão (PL-PB) aposta na eficácia da medida para assegurar ao cidadão prestação de serviços mais eficiente na área legal. Para Inaldo, será possível dar mais rapidez ao processo porque o número de recursos analisados pelos juízes de primeira instância cairá drasticamente. Hoje, lembrou, os recursos são "infundáveis" e as manobras

processuais são "permitidas em caráter infinito".

A reforma do Judiciário adotou a súmula vinculante. Na parte que retornou à Câmara, na PEC 358/05, tem-se a previsão da súmula impeditiva de recursos para o Superior Tribunal de Justiça e para o Tribunal Superior do Trabalho. Se já optamos pela súmula vinculante, não faz sentido permitir a apresentação de recursos contrários a ela - opina o deputado.

Trajetória da reforma

Foram necessários 14 anos de discussão até o Congresso Nacional chegar ao consenso sobre a Emenda Constitucional 45, aprovada pelo Senado em 17 de novembro de 2004. Promulgada em 8 de dezembro, a emenda foi publicada no último dia daquele ano

1992

26/3 - O então deputado Hélio Bicudo propõe a PEC 96/92, para modificar o Judiciário. A partir daquela data, dezenas de PECs e projetos foram apresentadas nas duas Casas do Congresso.

12/8 - Aprovado relatório do deputado Luiz Carlos Santos (PFL-SP), pela admissibilidade da PEC 96/92.

1995

2/5 - A Câmara cria uma comissão para analisar o projeto. Jairo Carneiro (PFL-BA), escolhido relator, sugere o controle externo.

1996

8/8 - Carneiro apresenta relatório favorável, que não é votado.

1999

1º/6 - Novo relator escolhido, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apresenta relatório favorável, que não chega a ser votado.

19/10 - A comissão aprova, por unanimidade, parecer da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), que havia assumido a relatoria em agosto.

2000

30/6 - Texto aprovado na Câmara é encaminhado ao Senado. O então senador Bernardo Cabral torna-se

relator da matéria (PEC 29/00).

2001

28/11 - CCJ aprova relatório de Cabral, que vai a Plenário em junho do ano seguinte, após votação de destaques e consolidação do texto.

2002

9/10 - CCJ aprova relatório de Cabral sobre emendas de Plenário. Com pedido do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para o adiamento da reforma, o texto não chega a ser votado em Plenário.

2003

18/2 - Após conversa com líderes, o presidente do Se-

sarenko (PT-MT), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Jefferson Péres (PDT-AM).

Relator da emenda no Senado, em 2004, e agora na comissão especial, o senador José Jorge enfatiza que é preciso fazer avançar a reforma. Como lembrou, a emenda foi o primeiro passo para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário, mas é preciso dar continuidade por meio de mudanças na legislação infraconstitucional.

- Apresentei propostas como a substituição do instituto do precatório pelo dos títulos sentenciados, ou seja, o Estado, após perder em juízo, deverá incluir o valor no Orçamento do ano seguinte e efetuar o pagamento em até dez parcelas.

Presidente da comissão especial incumbida de implementar a reforma, o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP) questiona a validade da súmula vinculante. Para ele, a medida dá aos juízes do Supremo Tribunal Federal, "que não foram eleitos pelo povo e são vitalícios", o poder de fixar regras genéricas que devem ser seguidas sem contestação, o que colocaria aquele tribunal em patamar acima do Poder Legislativo.

nado, José Sarney, manda o texto da reforma de volta à CCJ, onde o senador José Jorge (PFL-PE) é indicado relator.

2004

24/3 - A CCJ aprova relatório de José Jorge, que desmembra a reforma em quatro PECs. As partes aprovadas vão ser transformadas em emenda constitucional.

17/11 - A parte consensual da reforma é aprovada no Senado.

8/12 - Promulgada a Emenda Constitucional 45/04. O restante vai à Câmara dos Deputados para nova apreciação.



CÉLIO AZEVEDO

Relator da comissão que trabalha para agilizar a Justiça, José Jorge aponta necessidade de mudar leis infraconstitucionais

PLENÁRIO

Tebet cobra avanços do Estatuto da Criança

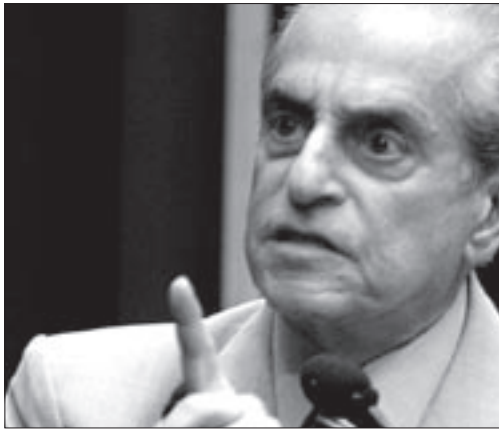
Ao comemorar no dia 13 os 15 anos de aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Ramez Tebet (PMDB-MS) ressaltou a necessidade de promover mecanismos que ajudem a fazer a lei ser cumprida. O parlamentar também lamentou a inexistência, sobretudo em seu estado, de estabelecimentos adequados para a guarda e a reeducação dos menores infratores.

– Que lei, por melhor que seja, pode, sozinha, promover as alterações profundas quando uma ordem social é injusta? Se uma lei resolvesse, por si só, todas as questões, a Bíblia seria a solução de todos os problemas. Se a Bíblia é infringida tantas vezes, o que

se dirá de uma lei criada pelos homens? – comparou.

Tebet apontou que, apesar de estabelecer direitos e obrigações para crianças, famílias e sociedade, o estatuto não conseguiu ainda proteger os menores e colocá-los nas escolas por falta de políticas públicas. Ele mencionou como exemplo que, mesmo sendo exigido pela lei, há carência de assistentes sociais nos conselhos tutelares da maioria dos municípios.

Ao fazer seu apelo, Tebet



CÉLIO AZEVEDO

Tebet destaca conquistas do estatuto, mas ressalta que muito ainda precisa ser feito

disse que o estatuto ajudou a reduzir a exploração infantil e a aumentar o número de crianças nas escolas.

Mercadante defende reforma política

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu, na reforma política, a adoção do modelo norte-americano de financiamento das campanhas eleitorais, que para ele é uma das causas mais profundas da atual crise política.

– Enquanto não fizermos a reforma e não tivermos transparência no financiamento de campanhas, continuaremos as-

sistindo a episódios como este, não teremos eficiência no Estado e nem tranqüilidade na vida pública – alertou o parlamentar, referindo-se às denúncias de corrupção e ao “mensalão”.

Mercadante explicou que as campanhas eleitorais, com propaganda na televisão, comícios e outros eventos, têm custos muito altos e que mesmo um partido como o PT, que recebe

doações de campanha e de filiados, não consegue arcar com essas despesas.

O senador sustentou ainda a possibilidade de empresários fazerem doações de forma transparente, lembrando que mesmo na Alemanha, onde as instituições são fortes e os partidos sólidos, houve problemas para consolidar o modelo de financiamento público exclusivo.

Paraguai nega criação de base americana

Alvaro Dias (PSDB-PR) divulgou comunicado que recebeu do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Cristovam Buarque (PT-DF), encaminhado pela Embaixada do Paraguai em Brasília, desmentindo notícias de que uma base militar americana permanente seria instalada nesse país. Alvaro Dias disse que “em um momento de conjuntura interna tão turvo, deve-se ter serenidade para analisar questões que

tratam de relações bilaterais”.

Segundo o senador, o material enviado à Comissão de Relações Exteriores ratifica declarações do embaixador do Paraguai no Brasil, Luis Gonzalez Árias. O comunicado afirma ser especulação a suposta autorização para que os Estados Unidos tivessem uma base permanente para operações de tropas militares no Paraguai, próxima da usina hidrelétrica de Itaipu. Alvaro Dias alegou que, de acordo com o embaixador, as

autorizações dadas até agora pelo Congresso paraguaio para operações militares dos Estados Unidos no país são temporárias, como ocorre normalmente com missões internacionais de cooperação, até mesmo com o próprio Brasil.

O parlamentar observou que a presença militar norte-americana é particularmente forte na Colômbia, no Equador, na Bolívia e no Peru, justificada em todos os casos pelo combate ao narcotráfico.

TUCURUÍ - Luiz Otávio (PMDB-PA) apelou ao governo federal para que asclusas da hidrelétrica de Tucuruí sejam concluídas. O parlamentar ressaltou que o Pará é estratégico para o aumento das exportações em razão do seu potencial hidroviário e explicou que a navegabilidade do rio Tocantins ficou prejudicada com a construção da barragem.

CASA PRÓPRIA - Antônio Leite (PMDB-MA) elogiou o programa do governo que reduz o saldo devedor de financiamentos imobiliários com contratos assinados até 1994. Segundo o senador, o objetivo do plano é solucionar problemas de contrato cujo imóvel vale menos que o seu saldo devedor. O endividamento total dos mutuários é de R\$ 24,6 bilhões, registrou Leite.

POSSE - O primeiro suplente Wellington Salgado (PMDB-MG) assumiu a vaga do senador licenciado Hélio Costa, novo ministro das Comunicações. Carioca, nascido em 1958, Wellington Salgado é empresário do ramo de educação superior. Ele garantiu apoio ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

ROUBO DE CARGA - Aelton Freitas (PL-MG) conclamou o Congresso a aprovar proposta que altera o Código Penal para aumentar as penas por receptação ao roubo de carga de oito para 15 anos de reclusão, acrescidas de multa. Esses crimes causam prejuízos de R\$ 1 bilhão por ano à economia do país.

AMEAÇA A JUIZ - O juiz Odilon de Oliveira, de Mato Grosso do Sul, está residindo no Fórum da Justiça Federal, onde trabalha, e precisa dormir protegido por sete policiais federais por ter condenado 114 traficantes e determinado o confisco de seus bens. O registro foi feito por Juvêncio da Fonseca (PDT-MS). – Será que para ser honesto neste país é necessário decretar a própria prisão? – perguntou.

CONCURSO PÚBLICO - Mão Santa (PMDB-PI) apresentou projeto de lei que determina a estadualização dos concursos públicos para cargos federais. De acordo com a proposta (PLS 509/03), as provas para cargos federais deverão ser realizadas no Distrito Federal e nas capitais dos estados em que existam interessados, regularmente inscritos, em número igual ou superior a 50.

Azeredo contesta números sobre emprego

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) acusou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de divulgar números “errados e fantasiosos” sobre a criação de empregos no país. Ele leu trecho de discurso em que o presidente sustentou que seu governo criou 11 vezes mais empregos que o governo anterior. Lula, conforme o senador, informou que a média do governo passado teria sido de 8 mil empregos por mês, enquanto agora são gerados 91 mil.

Azeredo lembrou que, conforme estatísticas do IBGE no período 1994-2002, foram criados 11,6 milhões de empregos formais e informais, o que dá uma média mensal superior a 120 mil novas ocupações. Pelos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho, os empregos com carteira assinada no mesmo período cresceram 5,6 milhões, o que dá uma média de 58 mil por mês.

– Ninguém sabe de onde o presidente Lula tirou os dados. De uma coisa temos certeza: não foi das estatísticas oficiais. A realidade é muito diferente do cenário fantasioso apresentado

pelo presidente – afirmou Azeredo, que lamentou o uso de comparação na propaganda oficial e o fato de passar à população “uma versão fantasiosa”.

O senador acusou também o Ministério do Trabalho de ignorar mudanças metodológicas no levantamento do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Assim, o ministério compara os dados antigos com aqueles obtidos pela nova metodologia, que aponta até o dobro de empregos. Para ele, fazer as duas comparações demonstra “falta de escrúpulos”.



MOREIRA-MARIZ

Para Azeredo, uso de números distorcidos em propaganda produz “versão fantasiosa”

Sibá elogia projeto das Casas Familiares Rurais

Sibá Machado (PT-AC) elogiou o projeto das Casas Familiares Rurais, implantando em Gurupá (PA), em 1994, com o objetivo de promover a educação, a formação e a profissionalização alternativas. Elas são mais eficazes e apropriadas à realidade do campo, disse, por buscar a permanência dos jovens em suas próprias regiões e criar alternativas de trabalho e renda.

Sibá destacou que a viabilidade do programa está condicionada à efetiva participação da comunidade.

– Se houver uma ação governamental para criar a casa, ela não funciona e não dá certo. É importante que a comunidade comece e depois o poder público – a prefeitura, o estado

ou a União – chegue com os complementos. A casa tem de ser daquela comunidade – ressaltou Sibá.

Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) registrou a experiência da Secretaria de Educação do Pará com o projeto das Casas Familiares Rurais e convidou Sibá para conhecer o projeto de cultivo de dendê para produção de biodiesel, que ocupa 150 famílias no município de Moju.

O senador desmentiu informações de que o governo do Pará estaria enfrentando dificuldades na gestão do convênio das Casas Familiares Rurais, assinado em 2003 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), envolvendo investimentos da ordem de R\$ 18 milhões.

Tourinho: biomassa não resolve problema de energia

Ao discordar de declarações do novo ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) afirmou que não se pode contar com a biomassa para o atendimento de um crescimento constante e sustentável do parque energético brasileiro.

– Podemos contar com a biomassa como complementar, mas nunca como base de atendimento para, num primeiro ano, crescer 3 mil megawatts; no segundo ano, crescer mais três etc. Não vejo como isso pode ser feito. Não acredito que se possa ter um programa consistente de crescimento do parque energético com quem

esteja produzindo energia como um subproduto e não como sua atividade principal.

Tourinho mencionou que só se pode contar com a energia da biomassa em São Paulo e em alguns lugares do Nordeste.

– E o resto do país, que não tem produção de cana-de-açúcar? Vai ficar como? E além do mais, é uma energia que você não pode usar o ano inteiro. Ela só existe no período de safra – questionou.

Na análise do senador, essa é uma energia “com enormes limitações, que tem enormes vantagens para ser complementar, mas imensas desvantagens para ser um produto principal”.

PLENÁRIO

Jonas lembra as promessas feitas aos agricultores

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) conclamou o governo a cumprir as promessas feitas aos produtores rurais que estiveram em Brasília em junho, para participar do “tratoço” que reuniu mais de 20 mil pessoas e 2,5 mil máquinas agrícolas.

Para Jonas Pinheiro, alguns pontos acordados não estão sendo cumpridos pelo governo federal.

Ele apontou, como exemplo, a liberação imediata de R\$ 400 milhões para garantir o preço mínimo de comercialização das safras de arroz, milho e algodão.

Maguito realça bons índices da economia brasileira



Maguito Vilela

Maguito Vilela (PMDB-GO) ressaltou os bons indicadores da economia representados pelos superávits na balança comercial e pelo controle da inflação.

O senador acredita que este é o momento ideal para realizar as mudanças que garantam o crescimento da economia de que o Brasil necessita. Entre as medidas, o parlamentar citou a redução das elevadas taxas de juros, que, segundo disse, até agora têm retardado o desenvolvimento e a criação de empregos.

O senador mencionou que a crise política não tem afetado os indicadores financeiros, o que demonstra a maturidade econômica do país.

Osmar Dias critica preço cobrado pela Monsanto

Osmar Dias (PDT-PR) denunciou da tribuna a multinacional Monsanto pelo “exagero” no preço que a empresa quer cobrar dos agricultores do país a título de *royalties* pelo uso de suas sementes de soja transgênica.

– Apoiada pela Lei de Biossegurança, a Monsanto quer cobrar 88 centavos de real por quilo de sementes. Está na hora da multinacional entender que ela não pode, usando essa lei, explorar os produtores brasileiros – assinalou.

O senador pediu a interferência do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, “para que a Monsanto seja chamada à realidade”. Ele informou que a lei dá aos agricultores o direito de escolher entre sementes transgênicas ou comuns.

– Mas se a Monsanto continuar tentando explorar os produtores, só restará um caminho: o boicote ao plantio de sementes transgênicas, com os produtores voltando a plantar unicamente sementes convencionais.

Osmar Dias também cobrou do governo as promessas feitas aos 20 mil agricultores que fizeram

o “tratoço”, há três semanas, em Brasília. Entre as promessas, está o refinanciamento de dívidas junto a fornecedores e bancos. Ele ameaçou apoiar a obstrução à votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enquanto o governo não se pronunciar sobre o assunto.

Para o parlamentar, a indiferença do governo com o setor

produtivo é incompreensível, num momento em que o país precisa criar empregos.

– Não são apenas grandes produtores que estão reivindicando. São os médios, os pequenos e, principalmente, a agricultura familiar – enfatizou, apoiado pelo senador José Jorge (PFL-PE).

Eleitor deseja “limpeza” no Congresso

Ao viajar ao seu estado, Osmar Dias disse ter ouvido constantemente recomendações para que o Congresso “proveite e



CÉLIO AZEVEDO

Osmar Dias pede que ministro da Agricultura “chame a empresa à realidade”

faça uma limpeza” a partir das investigações sobre corrupção no Parlamento e no governo.

– A sociedade está começando a entender que a corrupção acaba no bolso das pessoas, sob a forma dessa brutal carga tributária – afirmou.

O senador sugeriu que o Congresso, a despeito das investigações, mantenha sua pauta de votações de projetos de interesse popular. Ele opinou ainda que os deputados e senadores deveriam unificar as CPIs em funcionamento.

Capiberibe exige informações nos rótulos

João Capiberibe (PSB-AP) reivindicou o cumprimento de norma que obriga os fabricantes de alimentos a alertarem o consumidor sobre produtos transgênicos. A lei determina que os fabricantes de produtos alimentícios com até 1% de substâncias obtidas por meio de organismos geneticamente modificados (transgênicos) informem o fato aos consumidores nos rótulos e embalagens. O senador lamentou que, passados dois anos de vigência da lei, nenhum produto desse segmento

cumpriu essa norma.

Segundo João Capiberibe, o Decreto-Lei 4.680/03 obriga os fabricantes de alimentos como biscoitos, massas e farinhas a exibirem um símbolo com a letra “T” nas embalagens dos produtos geneticamente modificados. As penas reservadas aos infratores chegam a multas que alcançam até R\$ 1 milhão, mas até hoje não há conhecimento de nenhuma empresa que tenha sido multada.

Capiberibe lembrou ainda que

os produtos vendidos em supermercados diretamente ao consumidor são derivados de grãos de soja e milho geneticamente modificados pela Monsanto em 2003. A empresa teria contrabandeado as sementes, e os produtores do Sul do Brasil as compraram para a safra daquele ano.

Naquela época, o governo permitiu a venda da safra dos produtores sulistas por meio de medida provisória, mas manteve a proibição do plantio das sementes no país.

GASODUTO - Marco Maciel (PFL-PE) cobrou do governo federal a construção do gasoduto do Nordeste, o Gasene. A obra contribuiria para o equilíbrio energético da região e para o atendimento das demandas básicas da economia e da sociedade, melhorando seus índices de crescimento.

VERBA PARA METRÔ - José Jorge (PFL-PE) lembrou ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sua promessa, feita em reunião com senadores da oposição no fim de junho, de liberar verbas para os estados do Nordeste atingidos por enchentes e para as obras dos metrô de Belo Horizonte, Fortaleza, Recife e Salvador.

MILITARES - Romeu Tuma (PFL-SP) pediu apoio dos senadores para a aprovação da medida provisória que reestrutura a remuneração dos integrantes das Forças Armadas. A MP, de 2001, já foi editada dez vezes e o texto em vigor “tem levado a caserna a momentos de altíssima insatisfação”.

MADEIREIRAS - Valdir Raupp (PMDB-RO) fez um apelo para que as empresas madeireiras que trabalham dentro da legalidade na Amazônia não sejam prejudicadas em consequência da Operação Curupira, iniciada pela Polícia Federal no começo de junho.

BIODIESEL - Alberto Silva (PMDB-PI) defendeu a criação de uma empresa estatal, nos moldes da Petrobras, que cuide da produção de álcool e biodiesel. Ele também sugeriu que uma área de 1 milhão de hectares no Piauí seja utilizada para a produção de álcool.

Projetos

Mudança no seguro a pescador

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) sugeriu que o pagamento da primeira parcela do seguro-desemprego ao pescador artesanal, durante os períodos de defeso (proibição da pesca para que os peixes possam se reproduzir) decretados pelo Ibama, seja feito no primeiro dia de cada período e o das parcelas subsequentes, a cada intervalo de 30 dias. A proposta (PLS 199/05) também estabelece que os atos que fixam o defeso sejam publicados com antecedência mínima de 15 dias. Pavan ainda apresentou o PLS 197/05, que veda a coligação apenas para as eleições proporcionais, mediante alteração da Lei Eleitoral e do Código Eleitoral. “É nas eleições proporcionais que se tem em vista a garantia de representação nos órgãos legislativos das diversas correntes de opinião da sociedade, ainda que minoritárias”, alega.

Viaduto terá nome de piloto

Apresentado pelo senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), o PLS 201/05 propõe o nome de “Clifton Braga Nunes” para o viaduto localizado na BR-153, em Gurupi (TO). É uma homenagem ao piloto que faleceu aos 21 anos e era filho do ex-prefeito desse município, Jacinto Nunes da Silveira, e da primeira deputada estadual do Tocantins, Dolores Nunes.

Mesquita Júnior quer reduzir prazos judiciais

Proposição (PLS 207/05) apresentada pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) altera dispositivos do Código de Processo Civil relativos à citação por edital para reduzir, de 15 para dez dias, os prazos entre uma publicação e a subsequente. O período a ser fixado pelo juiz para que a citação seja considerada realizada passará a variar entre dez e 30 dias a contar da data da primeira publicação. Hoje, esse prazo varia de 20 a 60 dias. Segundo o parlamentar, a demora atual impõe dificuldades para que o autor da ação consiga ver atendidos seus pleitos junto à Justiça.

Incentivos à biodiversidade amazônica

Projeto de lei do senador João Capiberibe (PSB-AP) dispõe que 50% dos recursos aplicados pelo Fundo Constitucional do Norte sejam destinados às atividades produtivas que utilizem espécies animais e vegetais pertencentes à biodiversidade amazônica. Pela

proposta (PLS 214/05), o produtor deverá assegurar “a reprodutibilidade dos recursos biológicos utilizados na produção”. No mínimo 10% dos recursos deverão ser reservados à pesquisa, à extensão e ao desenvolvimento de recursos humanos, de acordo com o projeto.

Paim quer tornar inafiançáveis os crimes de corrupção

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou propostas para alterar o Código Penal tornando insuscetíveis de fiança e de liberdade provisória os crimes de corrupção ativa e passiva (PLS 209/05). Ele também quer obrigar a empresa a entregar ao trabalhador, quando da rescisão contratual, documento comprobatório do exercício de atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física (PLS 208/05).

Previdência complementar com desconto em folha

Proposta (PLS 196/05) de Maguito Vilela (PMDB-GO) inclui as entidades abertas de previdência complementar no rol de instituições autorizadas a efetuar desconto em folha de pagamento dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão da Previdência Social. Por sua vez, para autorizar o governo federal a criar a Universidade Federal Rural de Rondônia, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou o PLS 210/05.

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 1º e 9 de junho

Voz do Leitor

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

“Proponho a apresentação de um programa de assistência estudantil com foco no semi-árido. Muitos jovens abandonam os cursos por não poderem arcar com moradia e alimentação nos centros urbanos, onde se situam as escolas e faculdades. Outro ponto a ser contemplado seria a redução das taxas de inscrição nos vestibulares, um empecilho para jovens do campo e da periferia das cidades.”

José Ivan de Oliveira, de Parnamirim (RN)

CPI SOBRE A TORTURA

“Sugiro a instalação de uma CPI para investigar a prática de tortura durante o regime militar.”

Igor Gabriel A. Rodrigues Assis, de Curvelo (MG)

TV SENADO

“Solicito aos senadores que se empenhem em uma campanha para que a TV Senado possa ser transmitida como canal aberto em todo o país, pois acredito que ela é o melhor veículo de politização do cidadão. Hoje, como canal aberto, a TV Senado é transmitida somente no DF e em UHF. O cidadão de baixa renda, maioria da população brasileira, não pode pagar

tevé por assinatura, teve a cabo ou antena parabólica.”

Ovimar Fernandes da Costa, de Natal (RN)

TELEFONIA

“Peço aos parlamentares a aprovação do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados 3.213/00, para que as contas telefônicas venham detalhadas com os números discados e o custo de cada ligação.”

Jobson Melo dos Santos, de Cedro de São João (SE)

CORREIOS

“Vimos nos últimos dias um show de mentiras nos depoimentos à CPMI dos Correios. Só mesmo a acareação (ou, quem sabe, mais um olho roxo) fará vir à tona o que todos os brasileiros querem saber.”

Odila da Silva Mattos, de Rondonópolis (MT)

FINANCIAMENTO

“Sugiro que a reforma política estabeleça que as verbas de campanha saiam do bolso dos candidatos, proibindo a doação de terceiros ou de empresas. Assim, não haveria tantas denúncias de compra de votos e de corrupção.”

Sebastião José de Souza, de Cataguases (MG)

DOAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

O Espaço da Paz Sérgio Vieira de Mello – entidade do Ceará que oferece cursos de atualização e capacitação para o trabalho e o exercício dos direitos do cidadão e apoio jurídico gratuito nas áreas de saúde e educação – solicita doações de livros novos ou usados, em especial sobre educação e direitos humanos. Contato: José Genildo Reges de Sousa. Telefone: (88) 3511-2906. E-mail: aprendizdasabedoria@ig.com.br; Endereço: Av. Dr. Floro Bartolomeu, 446. CEP 63010-050. Juazeiro do Norte (CE).

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

CPMI e CPI

Rivelino Almeida de Souza, de Dom Cavati (MG)

“Senador Eduardo Azeredo, muito se tem dito sobre supostas práticas de corrupção nos Correios e a compra de apoio de deputados com o chamado “mensalão”. Diante das notícias, estou em dúvida sobre a diferença entre CPMI e CPI.”

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) responde:

Rivelino, CPMI é a sigla para Comissão Mista Parlamentar de Inquérito. É uma comissão de investigação formada por membros das duas casas do Congresso Nacional: o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. Nela, há senadores e deputados. Um exemplo é a CPMI dos Correios. A CPI, por sua vez, é a sigla para Comissão Parlamentar de Inquérito, que funciona só na Câmara ou só no Senado. Por exemplo, a CPI dos Bingos é uma comissão na qual trabalham somente senadores.



ICMS

Oberdan Francisco Meijon da Silva, de Congonhas (MG)

“Senador Hélio Costa, por que os estados possuem cobrança diferenciada do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre medicamentos?”

O senador Hélio Costa (PMDB-MG), atualmente licenciado para o cargo de ministro das Comunicações, responde:

Tal diferença ocorre porque cada estado possui uma lei própria de ICMS e as alíquotas variam de 1% a 25%, conforme o produto. Pela Constituição, compete ao Senado estabelecer alíquotas mínimas para operações internas relacionadas ao ICMS e alíquotas máximas, com o objetivo de resolver conflito que envolva interesse de estados.



CAMPANHA ELEITORAL

Aparecido dos Reis Pereira, de Bertiooga (SP)

“Senador Jorge Bornhausen, como políticos que trabalham de forma honesta podem gastar em campanha mais do que ganham durante o mandato?”

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) responde:

Caro Aparecido, é difícil um candidato sozinho ter os recursos necessários para custear a campanha. É evidente que esses gastos superam os ganhos futuros do parlamentar. Para convencer os eleitores a votarem nele, o candidato precisa fazer programas de rádio e TV, visitar comunidades, enfim, apresentar-se ao eleitor onde este se encontrar. Normalmente, o candidato precisa de doações, permitidas pela lei eleitoral. Em minha campanha para o Senado, gastei R\$ 2.320.717, obtidos por meio da contribuição de amigos e de empresas de amigos que confiam no meu trabalho e na minha correção. Cumprí as exigências legais e prestei contas do total gasto à Justiça Eleitoral, sem sonegar informações.



Frases

“Chega dessa história de Lula não saber das coisas. Se o presidente Lula não tinha conhecimento da suposta corrupção no governo, ele é um idiota e, se sabia, é um corrupto”

Arthur Virgílio, em discurso no qual repudiou intervenção do deputado Henrique Fontana na CPI dos Correios.

“Eu entendo que esse tipo de ataque político rebaixado tem três motivações: a recente pesquisa de opinião em que a população mostra confiança no presidente Lula, o prestígio do presidente junto à opinião pública internacional e a melhora dos indicadores da economia”

Aloizio Mercadante, em resposta aos ataques feitos ao presidente pelo senador Arthur Virgílio.

“Será que para ser honesto neste país é necessário decretar a própria prisão, decretar restrição à própria liberdade? Mas a liberdade de que o juiz não dispõe é apenas física, porque ele tem liberdade de julgar com sua consciência, que é profundamente social”

Juvêncio da Fonseca, sobre o juiz federal Odilon de Oliveira, de MS, que está morando no Fórum da Justiça Federal, protegido por policiais federais, por ter condenado 114 traficantes.

“Waldomiro é uma pessoa dissimulada que me achou várias vezes. No fundo, eu acredito que o dinheiro que ele pedia para os outros era para ele”

Carlos Cachoeira, em depoimento à CPI dos Bingos.

“Que lei pode, sozinha, promover as alterações profundas quando uma ordem social é injusta? Se uma lei resolvesse, por si só, todas as questões, a Bíblia seria a solução de todos os problemas”

Ramez Tebet, ao cobrar o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

“É dinheiro de doação, não tem nada a ver com dinheiro transportado em cueca, não tem nada a ver com corrupção”

Marcelo Crivella, sobre a origem das sete malas de dinheiro apreendidas pela Polícia Federal no aeroporto de Brasília.

Foto da Semana

As “pulseirinhas do bem”, na moda em vários países, feitas para ajudar instituições ou defender uma idéia, chegam à CPI dos Correios, distribuídas pela deputada Denise Frossard. Na reunião da comissão na quarta-feira, Heloísa Helena exibiu as pulseirinhas verdes e amarelas com a inscrição “não está à venda”, dizendo se referir ao país e ao parlamentar que usa o adereço (na foto, detalhe da mão de Heloísa segurando a de Pedro Simon)



WILSON DIAS/ABR

Rádio Senado debate referendo

O referendo que vai definir se a população concorda ou não com a proibição da venda de armas de fogo é o tema do *Conexão Senado*, programa de debates que a Rádio Senado apresenta nesta segunda-feira, às 12h. O programa terá a participação de especialistas, parlamentares e ouvintes, que poderão fazer questionamentos pelo telefone (61) 3311-1261, pelo fax (61) 3311-2777 ou pelo endereço eletrônico conexão@senado.gov.br.

Já no dia 1º de agosto começa a campanha da consulta popular na TV, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vai informar os detalhes do referendo. O TSE ainda precisa aprovar as instruções sobre o referendo, especificando, entre outros pontos, o programa a ser usado na urna eletrônica e a constituição de



Armas entregues pela população, na campanha do desarmamento, são destruídas durante cerimônia em Brasília

frentes parlamentares no Congresso para defender a proibição ou a venda de armas, além das normas para a fiscalização do pleito pelas frentes e dos prazos da campanha gratuita pelo rádio

e pela televisão.

Jair Rodrigues e Cidade Negra

O destaque musical da Rádio Senado nesta semana é o *Esca-*

la Brasileira, que vai ao ar na quinta-feira, às 23h, com reprise da entrevista do grupo Cidade Negra. A banda da Baixada Fluminense consolidou-se como um dos grupos brasileiros de *reggae* mais originais. Na entrevista, os músicos comentam suas referências, como Bob Marley e os grupos *Maytals* ou *Wailers*.

No sábado, às 20h, o *Escala Brasileira* traz o cantor Jair Rodrigues, que ficou conhecido pelo sucesso *Deixa isso pra lá* e faz parte das referências musicais brasileiras no *rap* e no *samba*. Outro destaque da carreira do cantor é a parceria com Elis Regina, que rendeu diversos álbuns de sucesso e um programa na TV Record.

Para obter mais informações sobre a programação da Rádio Senado, acesse www.senado.gov.br/radio.

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

RESENHA

Aprendendo o amor à pátria sem pieguice ou ufanismo

ALEXANDRE GUIMARÃES

De repente, lembrei-me das aulas de Educação Moral e Cívica que talvez não merecessem meu desprezo de adolescente. Passaram-se os anos e descobri mais e mais o valor de ser um brasileiro, como tantos outros, lutando em minha batalha cotidiana por uma vida mais digna e por um Brasil mais limpo de tudo que o macula.

Ao ler *A História dos Símbolos Nacionais*, volume 47 das Edições do Senado Federal, pode-se aprender muito do amor à pátria, nem piegas nem ufanista, enquanto se descobre como foram criados a Bandeira, o Hino e o Selo Nacionais, além do Brasão de Armas da República.

Como símbolos, são representações de nosso Brasil, aleatoriamente criadas, mas que se incorporaram a nossas almas. Nas palavras do grande psicólogo Carl Jung, os símbolos são tão importantes para as pessoas que "tudo mais é banal". Neste instante tão confuso de nossa história, em que a sociedade brasileira tenta eliminar o que mancha nossos símbolos, a leitura da obra de Milton Luz faz compreender melhor o espírito que nos une nos mais

diversos momentos contra os inimigos comuns.

Dois outros fatores tornam mais fluente a leitura de *A História dos Símbolos Nacionais*. Primeiramente, enriquecendo o brilhante texto, 414 ilustrações – a quase totalidade em cores – embelezam o livro, que acaba de ganhar sua primeira reimpressão. Segundo, o profundo detalhamento das artes da armaria e da heráldica aguça a curiosidade de todo leitor.

Volume básico a qualquer biblioteca brasileira, pública ou particular, *A História dos Símbolos Nacionais* figura como leitura imprescindível a estudantes e professores, assim como a todo cidadão amante da grandeza e da beleza de nosso Brasil.



Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *A História dos Símbolos Nacionais* é editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado. Informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Sites, 0800 e fax para acompanhar projetos

O cidadão que quiser acompanhar a tramitação de proposição em uma das Casas do Congresso pode utilizar Internet, e-mail, fax ou telefone.

Pelos sites do Senado e da Câmara, é possível pesquisar na base de dados das duas Casas e obter detalhes da tramitação (datas, encaminhamentos, relator, localização) e do inteiro teor de projetos de lei, propostas de emenda à Constituição, projetos de decreto legislativo, projetos de lei complementar, projetos de código, propostas de fiscalização e controle, medidas provisórias, projetos de resolução, requerimentos, emendas ou substitutivos, à medida que essas informações estejam disponíveis. As pesquisas podem ser realizadas pelo número da matéria, pela data ou por período de tempo, por assunto e pelo autor ou relator.

No site do Senado (www.senado.gov.br), basta clicar "Atividade Legislativa" e "Matérias". Todas as proposições de 1972 até hoje estão registradas na base de dados. As informações sobre as proposições de 1946 a 1971 estão em fase de implantação e – assim como as de 1826 a 1945 – encontram-se disponíveis na Subsecretaria de Arquivo, que pode ser contactada pelo e-mail ssarq@senado.gov.br, pelo telefone (61) 3311-3415, ou pelo fax (61) 3311-3646.

Para pesquisar a tramitação no site da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br), basta clicar "Projetos de lei e outras

proposições". Estão cadastradas proposições apresentadas desde 1946. Informações sobre outras matérias que não estejam na base de dados podem ser obtidas com o Serviço de Sinopse, pelo telefone (61) 3216-5724, fax (61) 3216-5745 e e-mail [sinopse.cedi@camara.gov.br](mailto:cedi@camara.gov.br).

Além da Internet, ligação gratuita

Os dois sites também têm serviços de acompanhamento de proposições por e-mail, acessível apenas a pessoas cadastradas. O cadastro é aberto a qualquer cidadão e permite que o usuário selecione as proposições que deseja acompanhar.

Para quem não tem acesso à Internet, os servidores do Senado e da Câmara informam sobre o andamento das proposições

por telefone ou fax. O serviço Alô Senado recebe ligações pelo telefone 0800-612211 e pelo fax 0800-612210. A ligação é gratuita e a solicitação é encaminhada ao setor responsável pelo assunto, que, no caso de acompanhamento de proposições, é a Subsecretaria de Informações, na Secretaria Geral da Mesa. Quem preferir entrar em contato diretamente com a subsecretaria, pode utilizar o telefone (61) 3311-3325, o fax (61) 3311-1096 ou o e-mail portalleg@senado.gov.br.

Na Câmara, o serviço Disque Câmara atende gratuitamente pelo telefone 0800-619619. Os setores responsáveis por informar sobre o andamento de proposições são o Serviço de Sinopse e a Secretaria Geral da Mesa, pelo telefone (61) 3216-1000 e fax (61) 3216-1008.

Como acompanhar a tramitação de proposições pela Internet

Entre no site do Senado www.senado.gov.br. Clique em "Atividade Legislativa"/ "Matérias" e escolha:

- **Pesquisa básica:** pelo número e ano da matéria, ou pela data (em que foi apresentada no Senado, tramitou, foi transformada em lei, foi aprovada, encaminhada à Câmara ou à sanção ou promulgação).

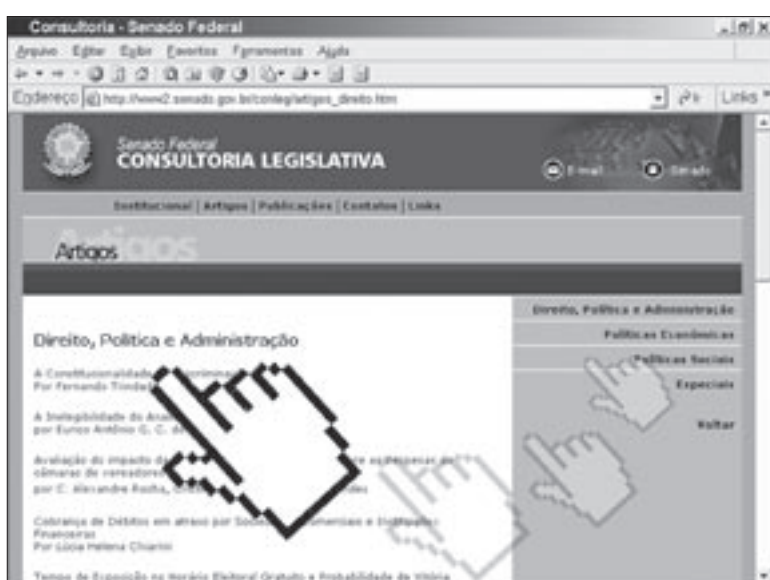
- **Pesquisa avançada:** pelo autor, tipo de matéria, ano, norma gerada, assunto, se está em tramitação ou não.

- **Pesquisas prontas:** novas matérias, prontas para ordem do dia, em fase de recebimento de emendas perante a Mesa, em fase de interposição de recurso, prontas para pauta nas comissões e em fase de recebimento de emendas nas comissões.

- **Acompanhamento:** usuário cadastrado por e-mail.

- **Medidas provisórias (MP):** atas, composição, convocações, emendas, pareceres e proposições das comissões mistas de MP, e resumo da MP.

Conheça o Senado



Pelo site www.senado.gov.br/conleg é possível acessar artigos e publicações de estudos realizados pela Consultoria Legislativa

Consultoria Legislativa atua em 32 áreas de especialização

Instituída em 1955, a Consultoria Legislativa do Senado é organizada em 32 áreas temáticas, que atendem os parlamentares, as comissões e a Mesa do Senado, à qual está subordinada.

Os cerca de 170 consultores, grande parte especialistas com mestrado ou doutorado, foram aprovados em concursos públicos. Eles realizam estudos de interesse do Congresso e elaboram notas técnicas, minutas de relatórios, de pareceres, de proposições legislativas e de pronunciamentos.

A Consultoria Legislativa

atende ainda às comissões permanentes e suas subcomissões, assessorando as sessões e audiências por elas realizadas, e colabora com as comissões temporárias, auxiliando na elaboração de subsídios e nas audiências públicas. Nas comissões parlamentares de inquérito, os consultores ajudam desde a formulação do requerimento até a elaboração do relatório final.

Coordenada pelo consultor-geral Sérgio Penna, as áreas da Consultoria Legislativa estão agrupadas em quatro núcleos básicos: Direito, Social, Eco-

nomia e Pronunciamentos. No núcleo de Direito, por exemplo, há especialistas nas áreas de Civil, Constitucional, Administrativo, Eleitoral, Trabalho, Previdenciário, Tributário, Penal, entre outras. Quando necessário, são criados grupos de trabalho, por tempo determinado. Isso é comum quando tramitam no Congresso Nacional projetos de código ou reformas. Os consultores do Senado Federal também participam de trabalhos conjuntos das duas Casas do Congresso, como no caso das comissões mistas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Valtor Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Paula Pimenta e Suely Bastos

Reportagem: Cintia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici

Schwengber (61) 3311-1620

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Pessoas com um toque muito especial

A síndrome de Down (SD) é um dos problemas congênitos mais comuns em recém-nascidos, afetando uma em cada 700 crianças nascidas no mundo. Sua primeira descrição clínica foi publicada em 1866 pelo médico inglês John Langdon Down, por isso leva esse nome. Atualmente, estima-se que existam, entre crianças e adultos, mais de 100 mil brasileiros com síndrome de Down.

A síndrome ocorre por um excesso de material genético na ocasião da formação do bebê, no início da gravidez. Normalmente,

o ser humano tem nos seus gens 46 cromossomos agrupados em duplas. Já na síndrome de Down, existe um cromossomo a mais no par de número 21.

O indivíduo com a síndrome apresenta atraso no desenvolvimento das funções motoras do corpo e das faculdades mentais. Por essa razão, é preciso que a criança portadora da síndrome seja estimulada desde o nascimento a vencer as limitações decorrentes dessa alteração genética.

Nesta edição do *Especial Cidadania*, conheça mais sobre a síndrome de Down.

Convivência social ajuda a superar estigma

A convivência com outras crianças e a participação na vida social auxiliariam o desenvolvimento emocional da criança com Down. No entanto, deve-se evitar que ela se torne alvo das atenções exageradas da família, ou na escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) não obriga que todos os estudantes com necessidades especiais sejam incluídos em classes regulares, mas deixa claro que essa é a alternativa preferencial. Todas as escolas, particulares ou públicas, são obrigadas a matricular pessoas com necessidades especiais, caso sejam procuradas, conforme previsto no Decreto 3.956/01.

No entanto, dados do Censo Escolar de 2004 mostram que, do total de 243 mil alunos de educação especial em escolas privadas, apenas 3,6% estudavam na mesma sala que os demais alunos. Nas públicas, a porcentagem de alunos incluídos em classes regulares é de 58%. Se o estudante tem deficiência mental, a porcentagem na rede privada cai para 1,7% e na rede pública, 44%. Avaliações do Ministério da Educação demonstram que crianças com necessidades especiais evoluem mais rapidamente se incluídas

em classes regulares, e que essa inclusão também é positiva para os demais estudantes, que passam a encarar a diversidade com mais naturalidade.

Paralelamente à escola regular, é importante a família buscar instituições especiais que estimulem a independência, ofereçam apoio específico e avaliem a saúde da criança ou jovem com o devido cuidado.

Instituição de apoio deve ser freqüentada paralelamente à escola regular

Nas adolescência, essas instituições também são importantes para começar a preparação para o trabalho. O portador da síndrome, adolescente ou adulto, tem uma vida semi-independente e pode trabalhar em diversas funções. Assim como indivíduos sem a deficiência, a pessoa precisa conhecer as opções de trabalho para optar por aquela para a qual é mais hábil e que lhe ofereça melhores condições. A Constituição proíbe qualquer discriminação ao trabalhador portador de deficiência. A Lei 8.112/90 assegura 20% dos cargos e empregos públicos aos deficientes. Pela Lei 8.213/91, regulamentada pelo Decreto 3.298/99, empresas com cem ou mais funcionários são obrigadas a preencher de 2% a 5% de cargos com pessoas reabilitadas ou portadoras de deficiência.



A artista plástica Melina Pedrosa, 23 anos, com uma de suas obras da exposição *Jardim de Mel*

Síndrome é descoberta na gravidez

Características – Portadores de Down, em sua maioria, são afetivos, alegres e capazes de se relacionar muito bem socialmente. Fisicamente, apresentam olhos com linha ascendente e dobras da pele nos cantos internos (como os orientais), nariz pequeno e um pouco “achatado”, rosto redondo, orelhas pequenas, baixa estatura, pescoço curto e grosso, flacidez muscular, mãos pequenas com dedos curtos, prega palmar única.

Incidência – A síndrome ocorre em todas as etnias e em ambos os sexos. A mulher com mais de 35 anos tem maior probabilidade de ter filhos com SD. Nas mães de 20 anos, a incidência é de uma para 1.600; aos 35, de uma para 370.

Diagnóstico – Ainda na gravidez, é possível constatar alterações genéticas por meio da ultrassonografia e da amniocentese (análise que verifica a trissomia 21 por meio de uma pequena quantidade do

líquido que envolve o bebê no útero). Após o nascimento, o diagnóstico pode ser feito por exame clínico e por estudo dos cromossomos (cariótipo).

Prevenção e tratamento – Por se tratar de uma alteração genética, não existe tratamento nem cura. Em pessoas com a síndrome, devem ser aplicados programas de estimulação precoce que propiciem seu desenvolvimento motor e intelectual, iniciando-se cerca de 15 dias após o nascimento.

Apae quer mais atendimento especializado

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), criada em março de 1954 no Rio de Janeiro, atende aos portadores da síndrome de Down. Em 1962, com o aumento das associações, surge a Federação Nacional das Apaes, com sede em Brasília (DF). Atualmente, a entidade reúne mais de 2 mil unidades. Para o presidente da federação, Luiz Alberto da Silva, apesar dos avanços, ainda é preciso ampliar a rede de atendimento especializado.

Quais são as maiores dificuldades que os portadores da SD encontram no convívio social atualmente?

A falta de políticas públicas e a extensão de serviços impedem a igualdade de oportunidades, de cidadania e dignidade humana. Uma pessoa com deficiência mental necessita de atendimento educacional e médico especializado, com psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicopedagogos. Sem isso, a pessoa com a síndrome fica impedida de usufruir de procedimentos adequados.

A sociedade hoje sabe conviver melhor com portador da SD? Quais foram os avanços?

A sociedade vem sendo conscientizada para compreensão e aceitação da diversidade em todos os aspectos. Sabe da sua existência e é solidária, porém desconhece as suas reais necessidades e os seus direitos de cidadão.

Muitas são as conquistas alcançadas. Um trabalho dessa envergadura, para ser realizado com pleno êxito, exige vontade política e o envolvimento de vários segmentos, incluindo as famílias, amigos, profissionais, comunidade e a participação da própria pessoa com deficiência.

Qual a sua opinião sobre a legislação brasileira para o deficiente? Em que ela poderia ser melhorada?

Em matéria de legislação, o Brasil é rico. É preciso que as leis sejam cumpridas. Citamos o Fundef – a Constituição garante direito a todos à educação, mas o fundo não contempla alunos com deficiência matriculados nas escolas especiais

que fazem o papel do Estado. Tramitam no Senado e na Câmara Federal projetos de lei que visam instituir o estatuto das pessoas com deficiência. Esperamos que esses projetos atendam aos anseios das pessoas com deficiência mental e da sociedade.



Informações

Ministério da Saúde
Tel.: (61) 3315-2425
Disque Saúde: 0800 61-1997
<http://portal.saude.gov.br/saude>

Disque Medicamentos: 0800 644-0644

Serviço de Atendimento ao Usuário do SUS: 0800 644-9000

Fundação Síndrome de Down
Campinas (SP)
Tel.: (19) 3289-2818
www.fsdwn.org.br

Serviço de Orientação sobre Síndrome de Down (SOS Down)
www.sosdown.com

Federação Nacional das Apaes
Tel.: (61) 3224-9922
www.apaebrasil.org.br

Federações estaduais de Apaes
CE - Tel.: (85) 3261-2222
RJ - Tel.: (24) 2483-0663
RS - Tel.: (51) 3227-6787
SP - Tel.: (11) 5181-7004
PR - Tel.: (41) 3343-2640
PA - Tel.: (91) 212-9306
RN - Tel.: (84) 211-8008
BA - Tel.: (71) 3272-3470
ES - Tel.: (27) 3223-7035
SC - Tel.: (48) 626-0309

Projeto RioDown
www.projotoriodown.org.br

Sociedade Pestalozzi de São Paulo
Tel.: (11) 6905-3045
www.pestalozzisp.org.br

Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down
Tel.: (61) 3347-5575

Projetos em tramitação ampliam direitos

PLS 006/03 – Institui o Estatuto do Portador de Deficiência. De autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), tem como objetivo condensar as leis vigentes e garantir mais eficiência às políticas públicas.

PLS 122/02 – Do ex-senador Lauro Campos, prevê a flexibilização da jornada de trabalho dos responsáveis por pessoas com síndrome de Down, deficiência ou doença que exija tratamento continuado.

PLS 175/02 – Altera a Lei Orgânica da Assistência Social e propõe o benefício de um salário mínimo mensal ao deficiente incapaz, cuja renda *per capita* seja inferior a meio salário e não a um quarto, como é atualmente.